

RELATÓRIO PARA O GT- IMPACTO DA PANDEMIA NO CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO 2020

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta comparação dos dados fornecidos pelos tribunais nos anos de 2019 e 2020 referentes aos meses de janeiro a junho das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

A análise visa medir o impacto que a COVID-19 ocasionou no desempenho dos tribunais nas Metas Nacionais 2020, devido às medidas de enfrentamento à pandemia e o início dos trabalhos remotos.

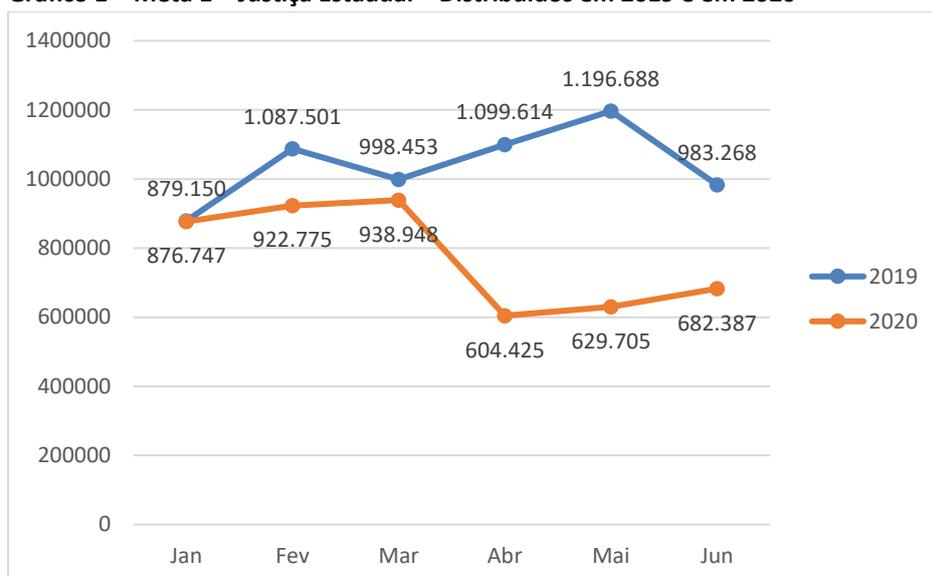
ANÁLISE COMPARATIVA DAS METAS NACIONAIS 1 A 8 NOS ANOS DE 2019 E 2020

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (todos os segmentos)

Justiça Estadual: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

O número de processos distribuídos durante os meses de janeiro a junho no ano de 2019 comparado ao ano de 2020 foi maior em quase todas as instâncias: os meses de janeiro a março não apresentaram diferença significativa entre os períodos comparados, já nos meses entre abril e junho essa diferença foi maior, mostrando uma queda significativa em 2020 comparado ao ano de 2019.

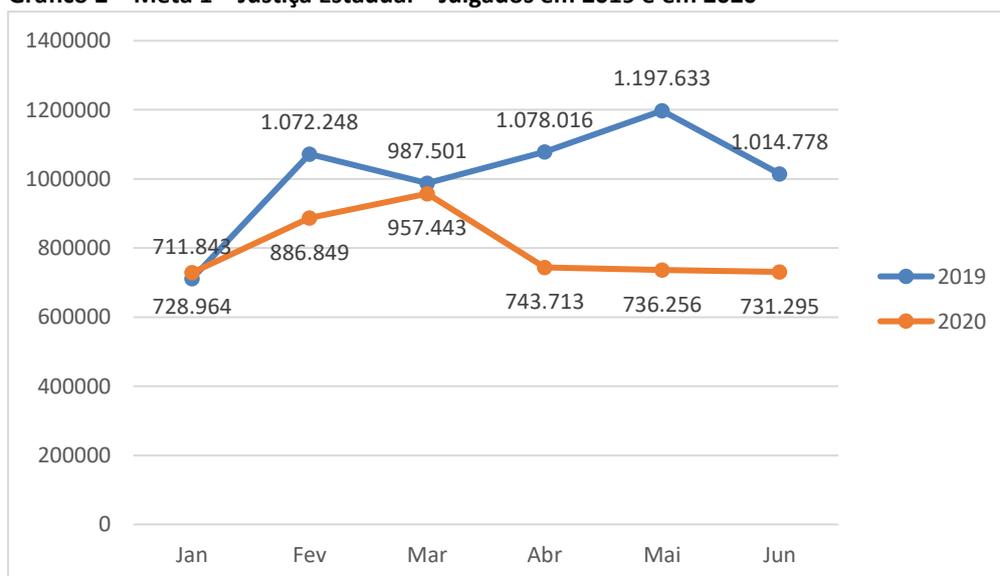
Gráfico 1 – Meta 1 – Justiça Estadual – Distribuídos em 2019 e em 2020



As instâncias que mais foram impactadas em 2020 foram o 1º Grau, os Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública e as Turmas Recursais Criminais. Os meses de abril, maio e junho juntos tiveram 1.363.053 processos distribuídos a mais em 2019, comparado a 2020.

O mesmo aconteceu com os processos julgados, sendo o ano de 2019 superior ao de 2020. As instâncias que mostraram maior diferença foram: 1º Grau, Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública e os Juizados Especiais Criminais. É possível verificar pelo gráfico abaixo que os meses de janeiro a março não tiveram uma diferença tão grande no número de processos julgados de 2019 para 2020, o que não aconteceu de abril a junho – os meses de abril e maio tiveram quase 4.000 processos julgados a mais em cada mês, em junho essa diferença diminuiu, mas chegando a uma queda de 2.441 julgados a menos em 2020.

Gráfico 2 – Meta 1 – Justiça Estadual – Julgados em 2019 e em 2020

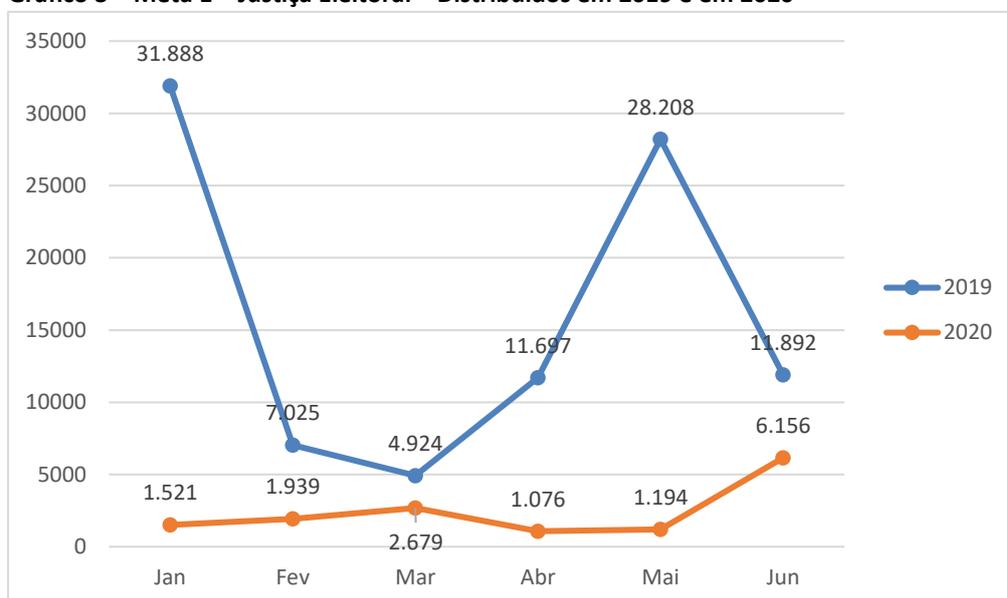


Justiça Eleitoral: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

O número de processos distribuídos para o 1º grau foi maior de janeiro a junho de 2019 comparado ao ano de 2020, sendo o mês de maio o que possui maior diferença, apresentando 26.750 processos a mais que maio de 2020. No 2º grau somente o mês de janeiro apresentou grande diferença, foram distribuídos 286 processos em janeiro de 2020 e 24.119 no mesmo mês de 2019, os outros meses não tiveram diferença significativa, sendo que o mês de junho em 2020 foi superior. Essa diferença significativa de janeiro deve-se, provavelmente, aos processos dos candidatos não-eleitos em 2018, que só fazem parte da meta do ano seguinte.

Como um todo, o quantitativo de distribuídos da Justiça Eleitoral foi superior em 2019 comparado à 2020, como pode ser visto no gráfico abaixo.

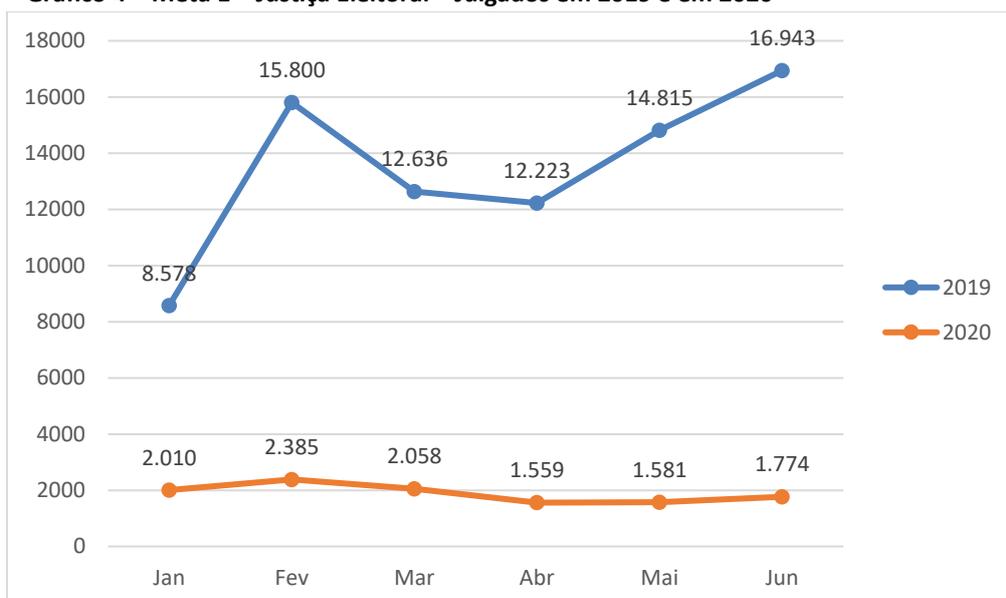
Gráfico 3 – Meta 1 – Justiça Eleitoral – Distribuídos em 2019 e em 2020



Nos processos julgados, o 1º grau teve uma diferença significativa em todos os meses, sendo fevereiro e junho os meses que apresentaram maior diferença de 2019 para 2020. Em 2019, o mês de junho apresentou 13.877 processos julgados a mais que em 2020. Os quantitativos de julgados do 2º grau foram superiores em todos os meses analisados em 2019, em que maio foi o mês com maior diferença, 1.740 processos julgados a mais em 2019.

No gráfico abaixo é possível ver a grande diferença na Justiça Eleitoral como um todo comparando os anos de 2019 e 2020.

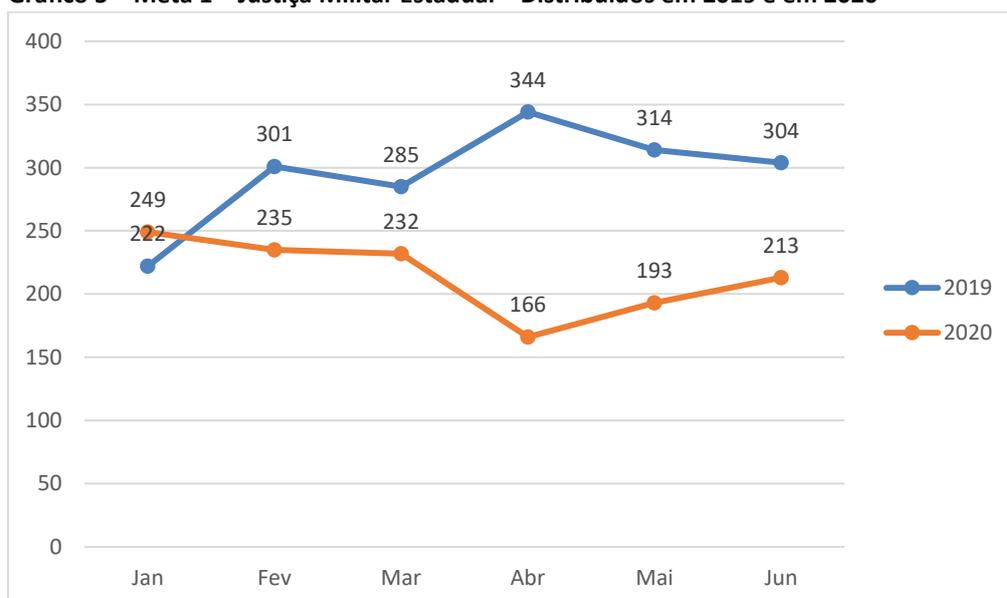
Gráfico 4 – Meta 1 – Justiça Eleitoral – Julgados em 2019 e em 2020



Justiça Militar da União e Justiça Militar Estadual: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos ou sobrestados.

Na Justiça Militar Estadual, os processos distribuídos foram maiores em 2019 comparado a 2020 em todos os meses e instâncias, exceto no mês de janeiro, em que 2020 apresentou valor superior. Os meses de abril a junho de 2020 foram os que tiveram maior queda em relação a 2019, o mês com maior diferença foi abril, com 178 processos a menos.

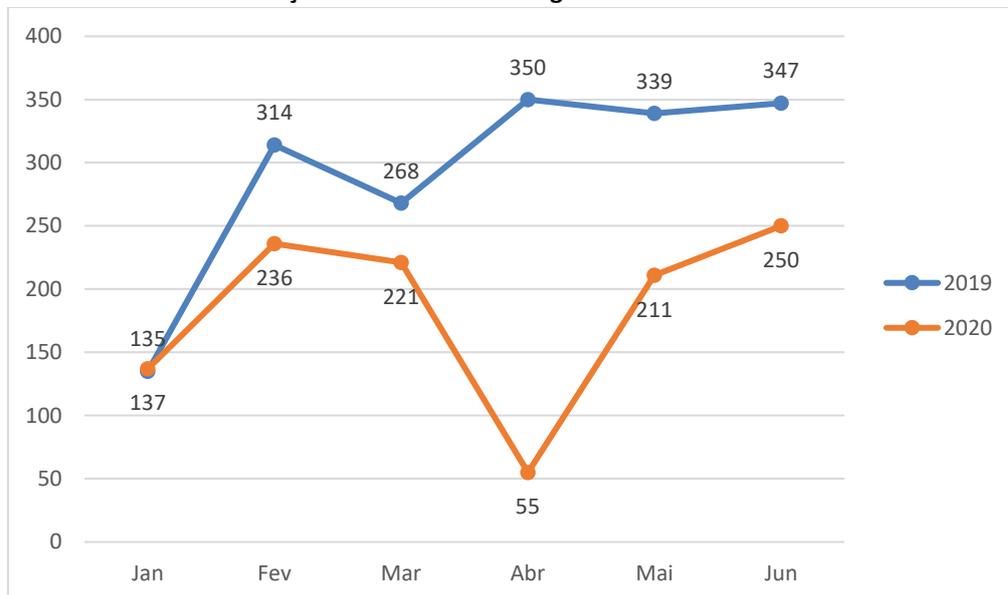
Gráfico 5 – Meta 1 – Justiça Militar Estadual – Distribuídos em 2019 e em 2020



Em relação aos processos julgados nas auditorias militares estaduais, somente o mês de janeiro de 2020 apresentou valor maior que o do ano de 2019. Para o 2º grau, somente o mês de junho

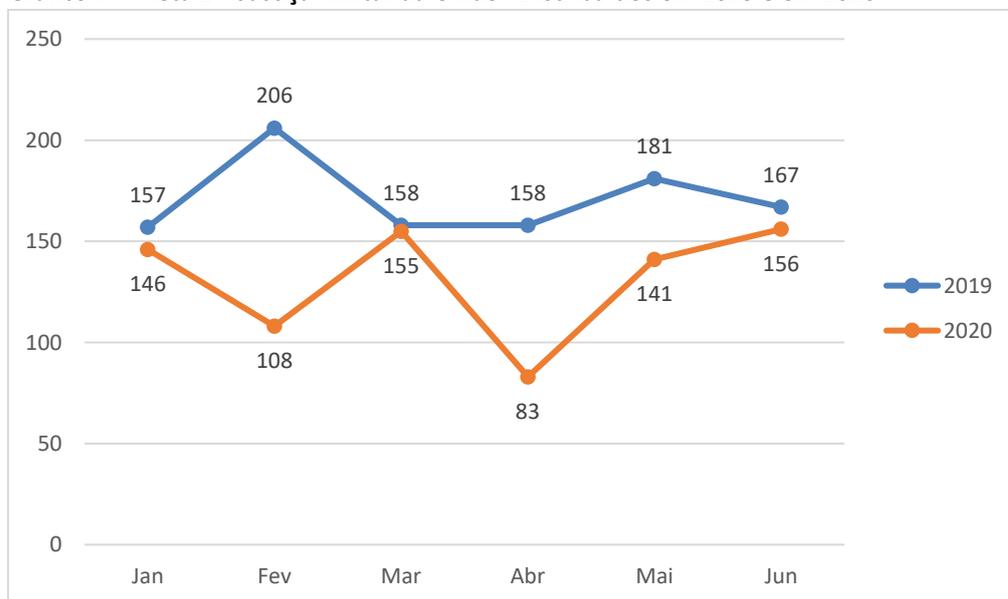
de 2020 se mostrou superior. Nos demais meses, os valores de 2019 foram superiores aos de 2020 nessas duas instâncias. Pelo gráfico abaixo, é possível visualizar os dados agregados do segmento, mostrando que abril foi o mês mais impactado, com 295 processos julgados a menos em 2020.

Gráfico 6 – Meta 1 – Justiça Militar Estadual – Julgados em 2019 e em 2020



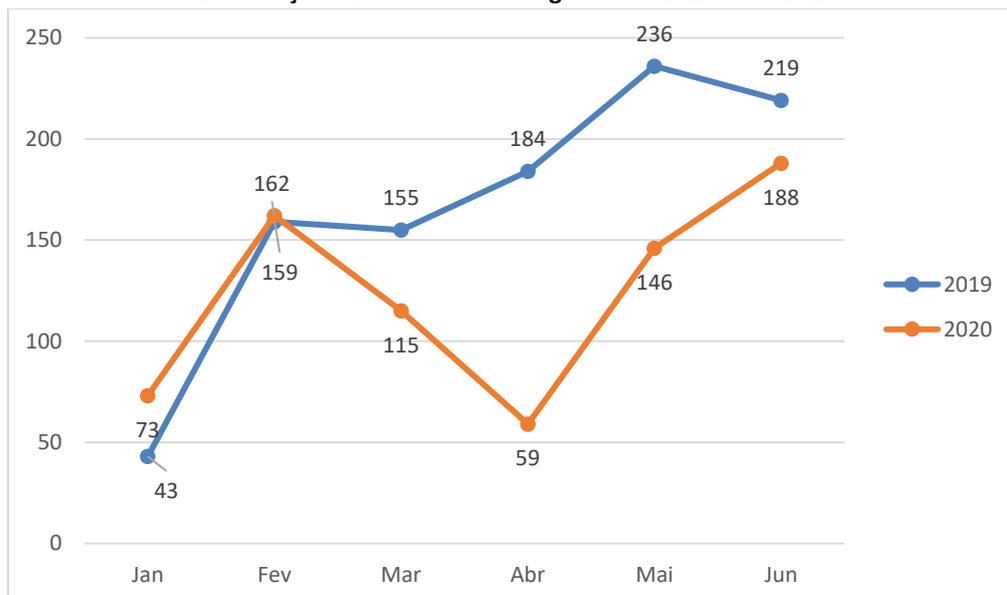
Na Justiça Militar da União, os processos distribuídos em 2020 nas auditorias foram maiores nos meses de janeiro, março, maio e junho, e na instância Tribunal, todos os meses de 2019 foram superiores. No geral, 2019 apresentou valores superiores a 2020, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Meta 1 – Justiça Militar da União – Distribuídos em 2019 e em 2020



Na Justiça Militar da União, os processos julgados nas auditorias foram superiores em janeiro, fevereiro e junho de 2020. Já no Tribunal, 2019 foi superior em todos os meses, mantendo uma tendência e sem diferença significativa nos meses de janeiro, fevereiro e março, o que não aconteceu nos meses de abril a junho. Os julgados como um todo foram superiores no ano de 2019 como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 8 – Meta 1 – Justiça Militar da União – Julgados em 2019 e em 2020

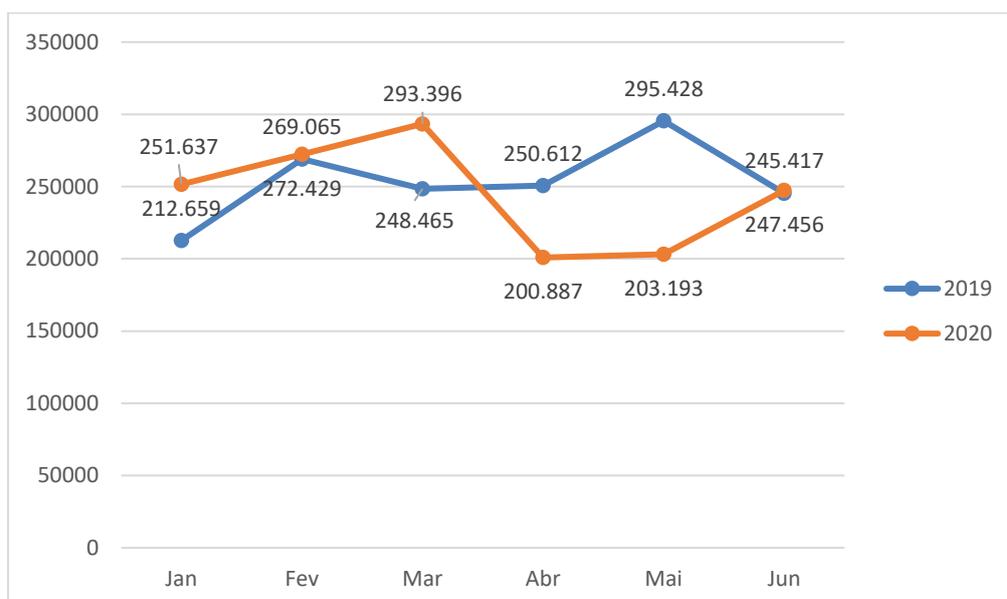


Justiça Federal: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Os distribuídos no 1º grau de 2020 foram maiores em quase todos os meses, sendo inferior a 2019 somente no mês de maio. No 2º grau, o único mês superior em 2020 foi junho. Nos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública, 2020 foi superior nos meses de janeiro, fevereiro e março, ocorrendo uma significativa queda em abril, maio e junho, ficando superior no ano de 2019. Nos Juizados Especiais Criminais, 2020 foi superior somente no mês de maio, mas com um valor bem significativo: 37.668 processos a mais distribuídos. Na Turma Regional de Uniformização e nas Turmas Recursais Cíveis e da Fazenda Pública, 2019 foi superior de janeiro a maio, sendo 2020 maior somente no mês de junho. Nas Turmas Recursais Criminais, 2019 foi superior de janeiro a maio com uma diferença pouco significativa, já no mês de junho essa tendência caiu significativamente, tendo uma diferença negativa no número de processos distribuídos.

O gráfico abaixo mostra que no geral, 2019 foi superior a 2020 no que concerne aos processos distribuídos na Justiça Federal.

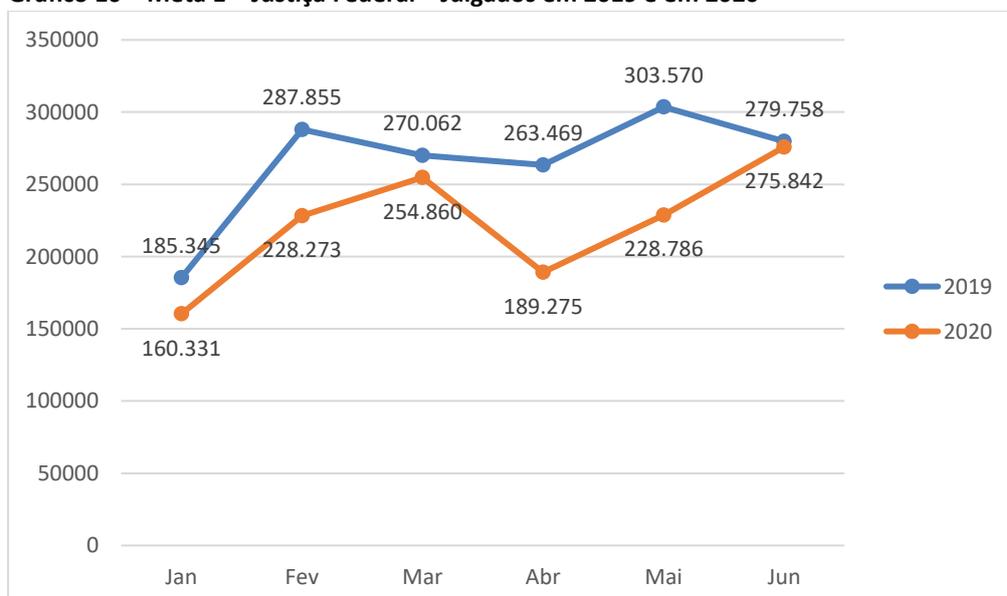
Gráfico 9 – Meta 1 – Justiça Federal – Distribuídos em 2019 e em 2020



Para os processos julgados, na instância 1º grau, 2020 foi superior em quase todos os meses, 2019 foi maior somente no mês de maio. No 2º grau e na Turma Regional de Uniformização, 2020 foi superior somente no mês de junho. Nos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública e nas Turmas Recursais Cíveis e da Fazenda Pública, 2019 foi superior em todos os meses. Nos Juizados Especiais Criminais, somente o mês de maio foi superior em 2020. Nas Turmas Recursais Criminais, 2020 foi superior nos meses de janeiro, maio e junho.

No geral, os processos julgados foram maiores no ano de 2019, sendo o mês de abril o que teve maior diferença.

Gráfico 10 – Meta 1 – Justiça Federal – Julgados em 2019 e em 2020

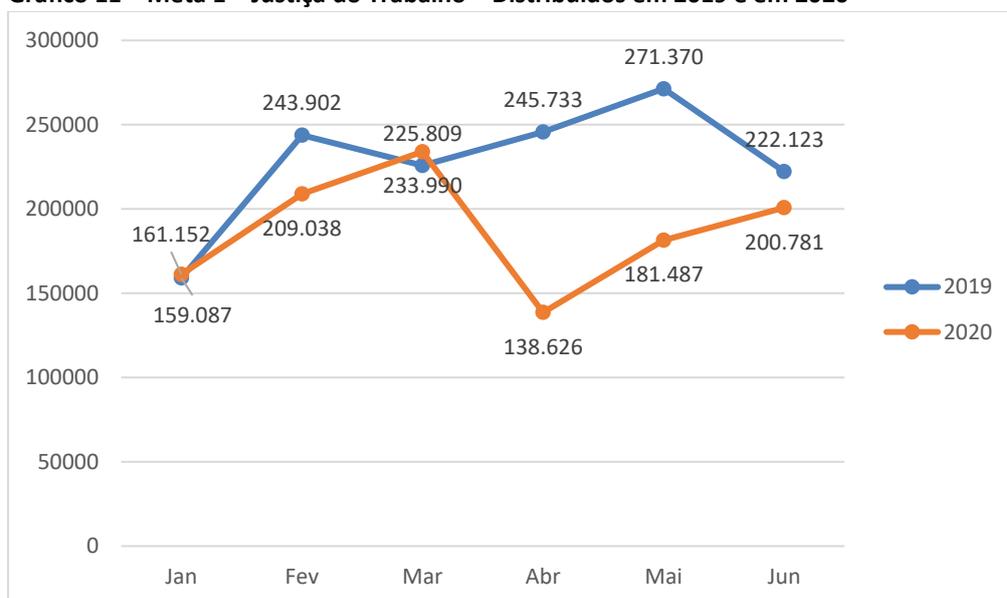


Justiça do Trabalho: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, com cláusula de barreira para tribunais com taxa de congestionamento inferior a 25%.

O número de processos distribuídos no 1º grau foi maior de janeiro a junho de 2019, com uma queda significativa nos meses de abril a junho. Para o 2º grau, os meses de março e junho se mostraram superiores no ano de 2020.

É possível ver no gráfico abaixo que os quantitativos da Justiça do Trabalho como um todo foram superiores no ano de 2019 em relação aos processos distribuídos, sendo os meses de abril e maio os que tiveram uma diferença maior.

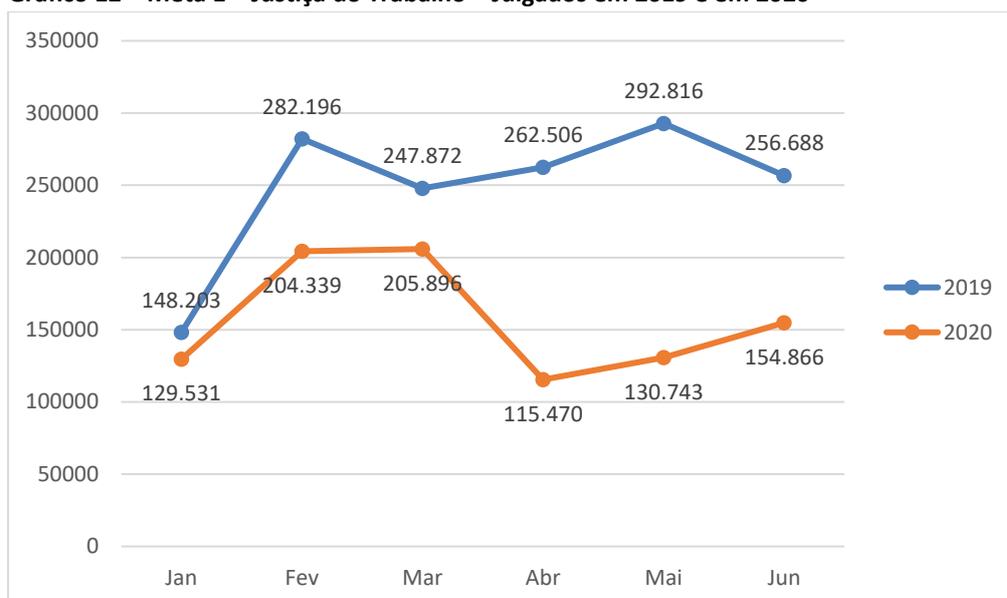
Gráfico 11 – Meta 1 – Justiça do Trabalho – Distribuídos em 2019 e em 2020



O número de processos julgados foi maior no ano de 2019 tanto para o 1º quanto para o 2º grau, sendo o 1º grau a instância mais impactada, principalmente nos meses de abril a junho.

O gráfico abaixo mostra os processos julgados na Justiça do Trabalho em todas as suas instâncias.

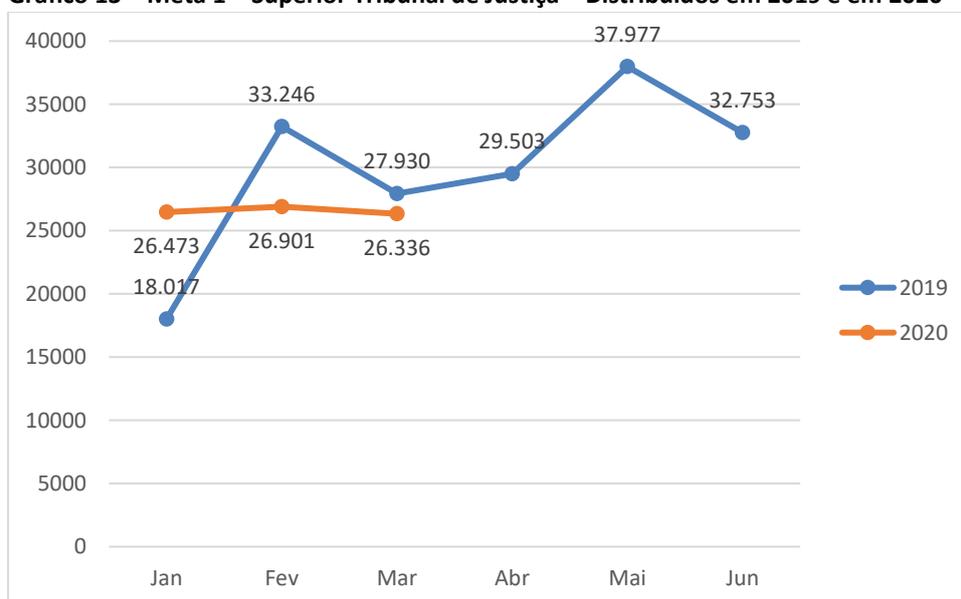
Gráfico 12 – Meta 1 – Justiça do Trabalho – Julgados em 2019 e em 2020



Superior Tribunal de Justiça: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

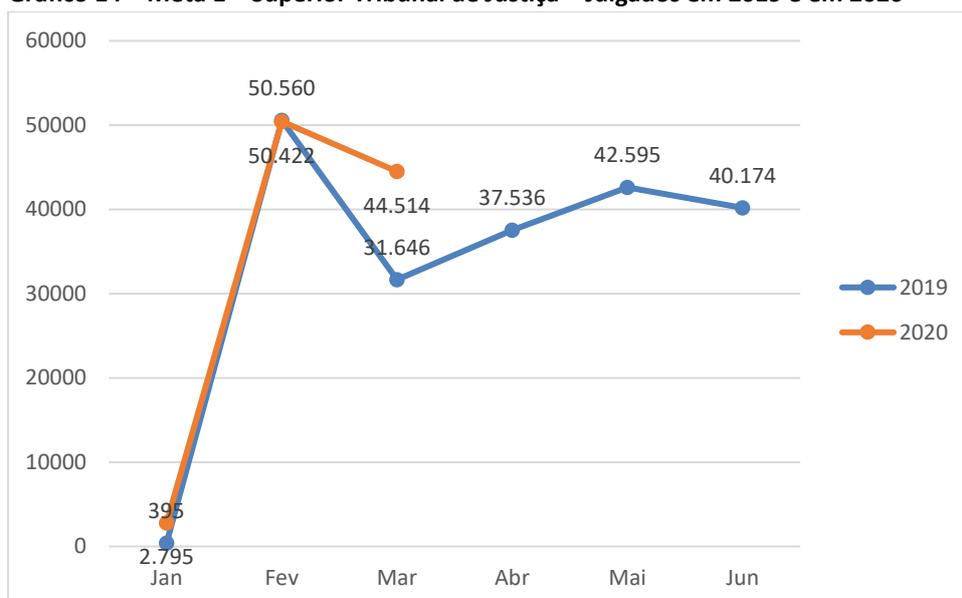
No STJ, os processos distribuídos de 2020 foram maiores somente no mês de janeiro de 2020. STJ não lançou dados de abril a junho.

Gráfico 13 – Meta 1 – Superior Tribunal de Justiça – Distribuídos em 2019 e em 2020



Os processos julgados foram maiores no ano de 2020 em relação a 2019 nos meses de janeiro, fevereiro e março, sendo que os meses de abril a junho não possuem dados lançados pelo tribunal.

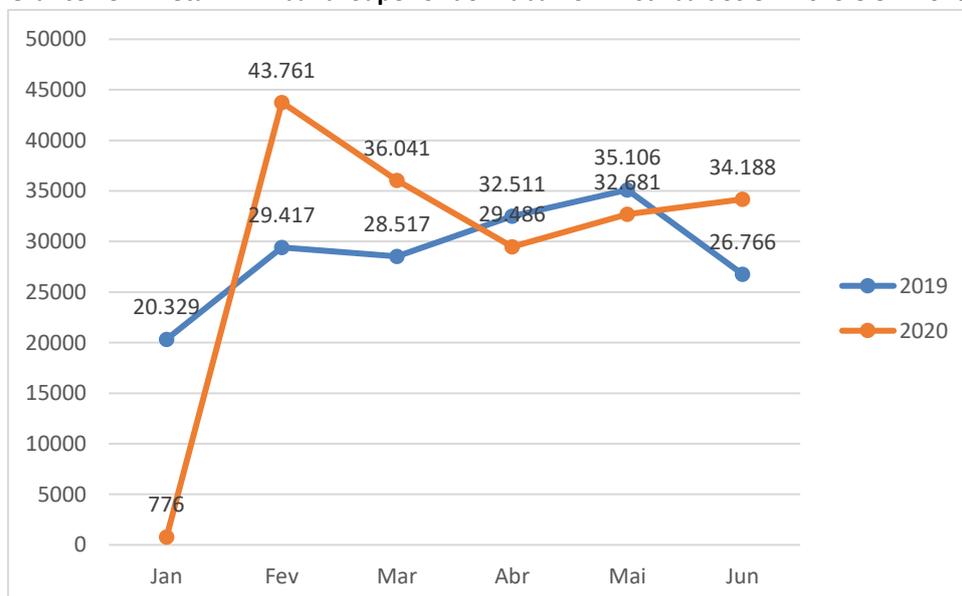
Gráfico 14 – Meta 1 – Superior Tribunal de Justiça – Julgados em 2019 e em 2020



Tribunal Superior do Trabalho: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

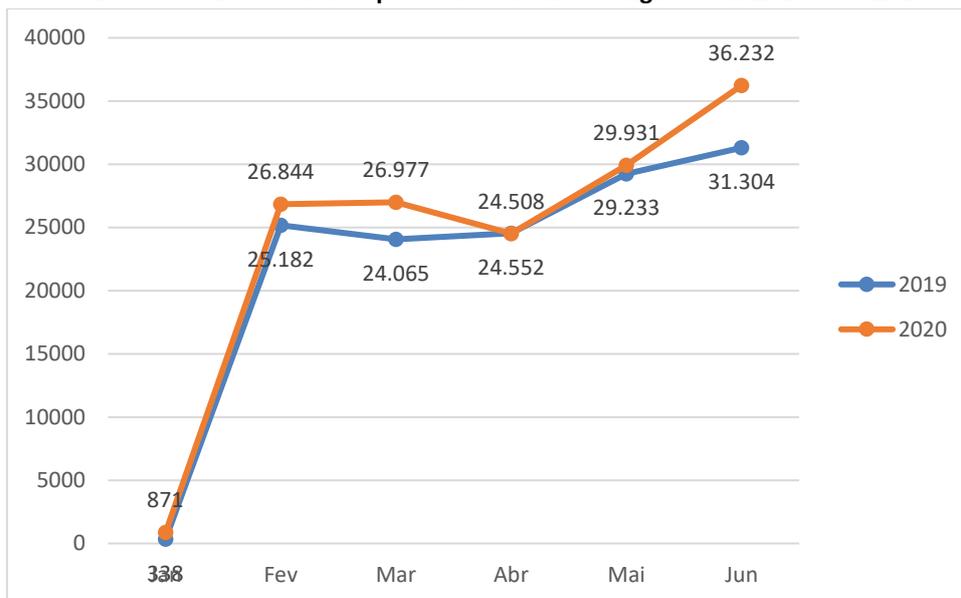
No TST, os processos distribuídos foram maiores nos meses de fevereiro, março e junho para o ano de 2020.

Gráfico 15 – Meta 1 – Tribunal Superior do Trabalho – Distribuídos em 2019 e em 2020



Já os processos julgados foram maiores em todos os meses no ano de 2020 em relação a 2019, sendo a diferença pouco significativa.

Gráfico 16 – Meta 1 – Tribunal Superior do Trabalho – Julgados em 2019 e em 2020



Percentuais de cumprimento nos anos de 2019 e 2020, por segmento de Justiça, referente aos meses de janeiro a junho.

Gráfico 17 – Percentual de cumprimento da Meta 1 – Tribunais Superiores

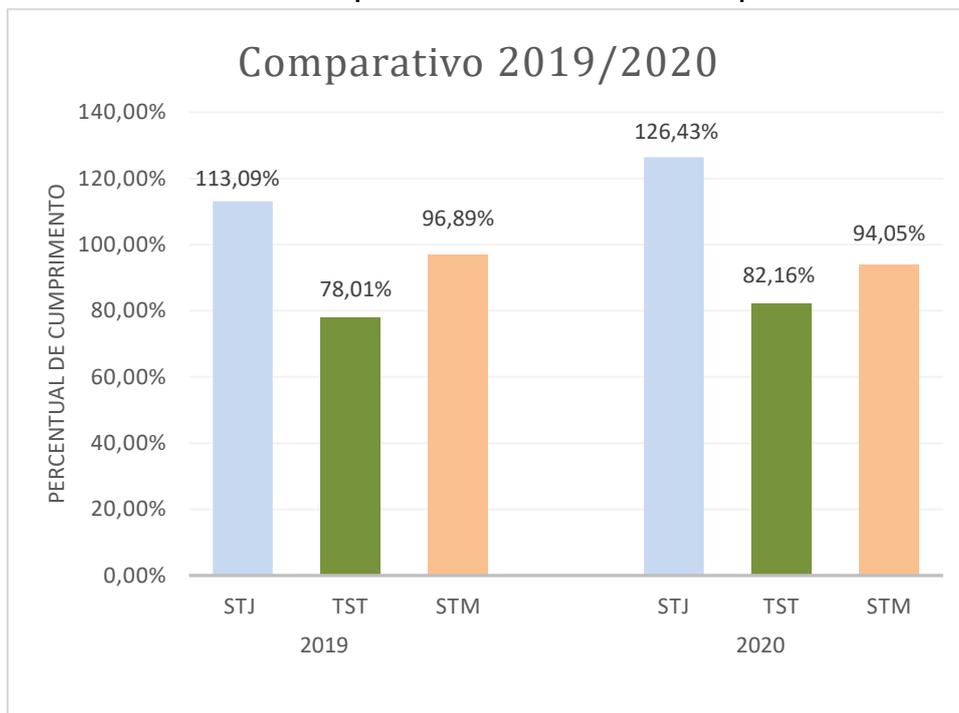


Gráfico 18 – Percentual de cumprimento da Meta 1 por segmento



Meta 2 – Julgar processos mais antigos (todos os segmentos)

META 2019:

Identificar e julgar até 31/12/2019, no Superior Tribunal de Justiça, pelo menos, 99% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e 95% dos distribuídos em 2015.

META 2020:

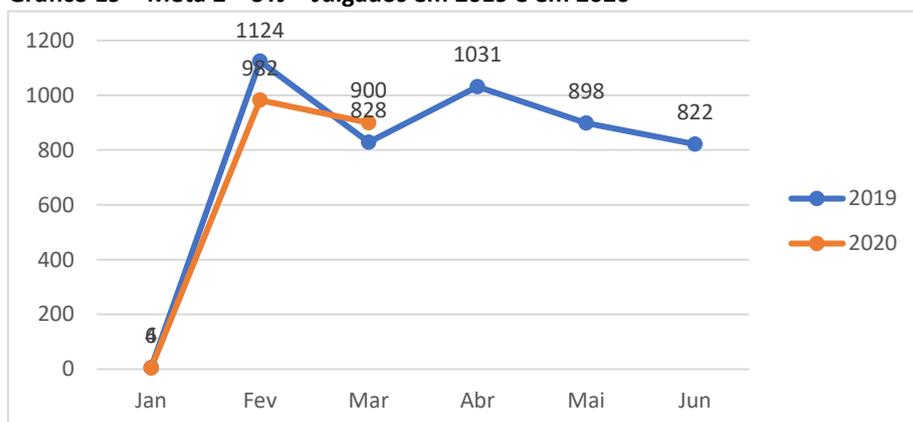
Identificar e julgar até 31/12/2020, no Superior Tribunal de Justiça, 99% dos processos distribuídos até 31/12/2015 e 95% dos distribuídos em 2016.

Períodos de referência: Até 31/12/2014 e até 31/12/2015

Os processos pendentes de julgamento da Meta, nesse período, foram maiores em 2019 do que em 2020. Eram 24.696 em 2019 e 16.774 em 2020.

Em relação aos processos julgados, 2019 foi maior que 2020 em quase todos os meses, exceto no mês de março.

Gráfico 19 – Meta 2 – STJ – Julgados em 2019 e em 2020

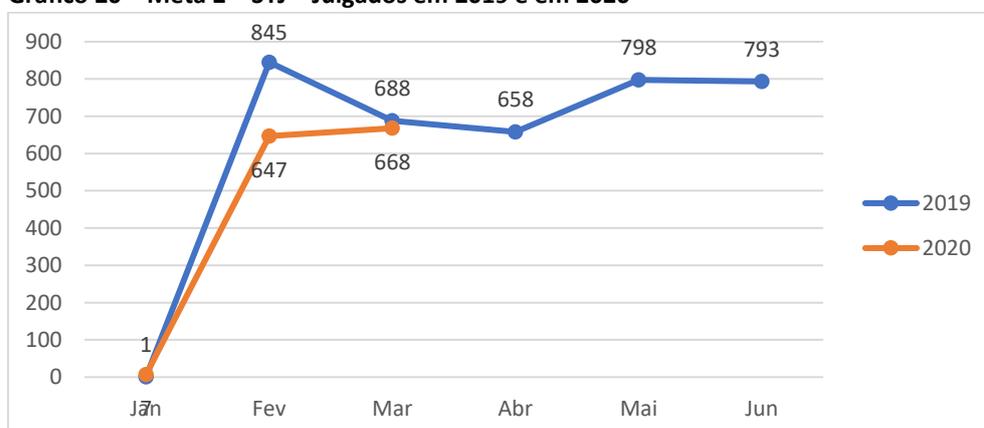


Períodos de referência: Em 2015 e Em 2016

Os processos pendentes de julgamento da Meta, nesse período, foram maiores em 2019 do que em 2020. Eram 15.965 em 2019 e 8.890 em 2020.

Para os processos julgados, 2019 foi maior que 2020 em todos os meses analisados.

Gráfico 20 – Meta 2 – STJ – Julgados em 2019 e em 2020



META 2019:

Identificar e julgar, **no Tribunal Superior do Trabalho**, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015, e pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016.

META 2020:

Identificar e julgar, **no Tribunal Superior do Trabalho**, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017

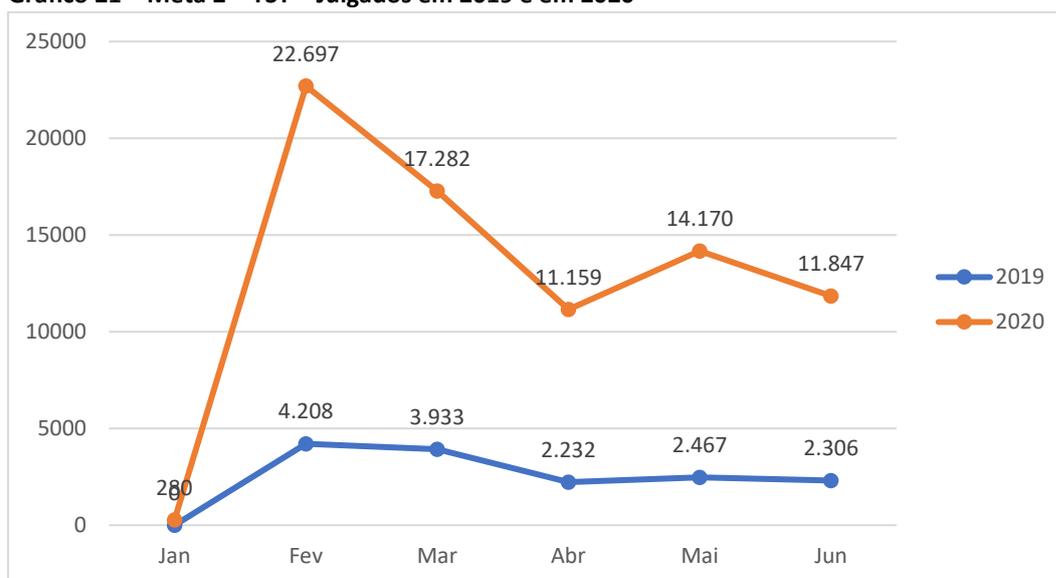
Períodos de referência: Até 31/12/2015 e até 31/12/2016

Os processos pendentes de julgamento da Meta foram bem maiores em 2019 do que em 2020. Eram 159.538 em 2019 e 50.080 em 2020.

Períodos de referência: Até 31/12/2016 e até 31/12/2017

Os processos pendentes de julgamento da Meta foram bem maiores em 2019 do que em 2020. Eram 231.054 em 2019 e 68.054 em 2020.

Com relação aos processos julgados, o ano de 2020 se mostrou superior a 2019 de forma significativa.

Gráfico 21 – Meta 2 – TST – Julgados em 2019 e em 2020

META 2019:

Identificar e julgar, **na Justiça Militar da União**, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017 nas Auditorias, e 98% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no STM.

META 2020:

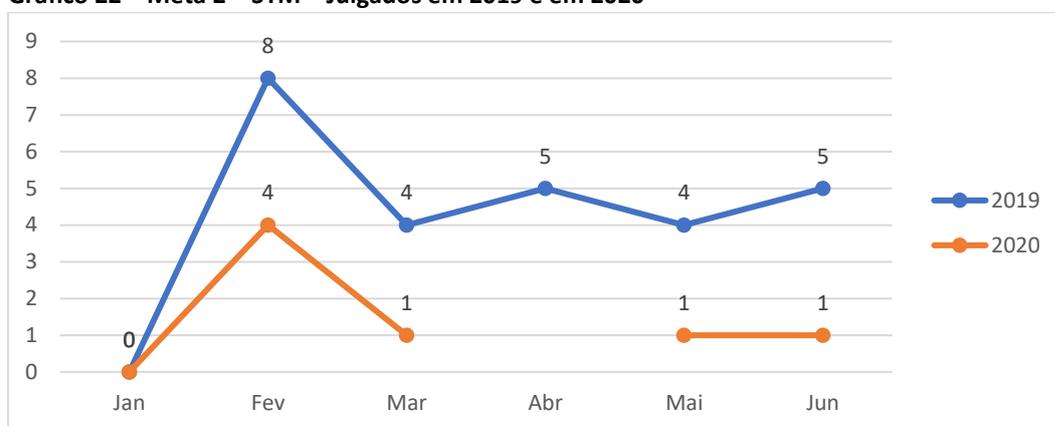
Identificar e julgar, **na Justiça Militar da União**, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nas Auditorias e 99% dos processos distribuídos até 31/12/2018 no STM.

STM

Os processos pendentes de julgamento da Meta foram maiores em 2019 do que em 2020. Eram 28 em 2019 e 10 em 2020.

Com relação aos processos julgados, o ano de 2019 foi superior a 2020 em todos os meses.

Gráfico 22 – Meta 2 – STM – Julgados em 2019 e em 2020

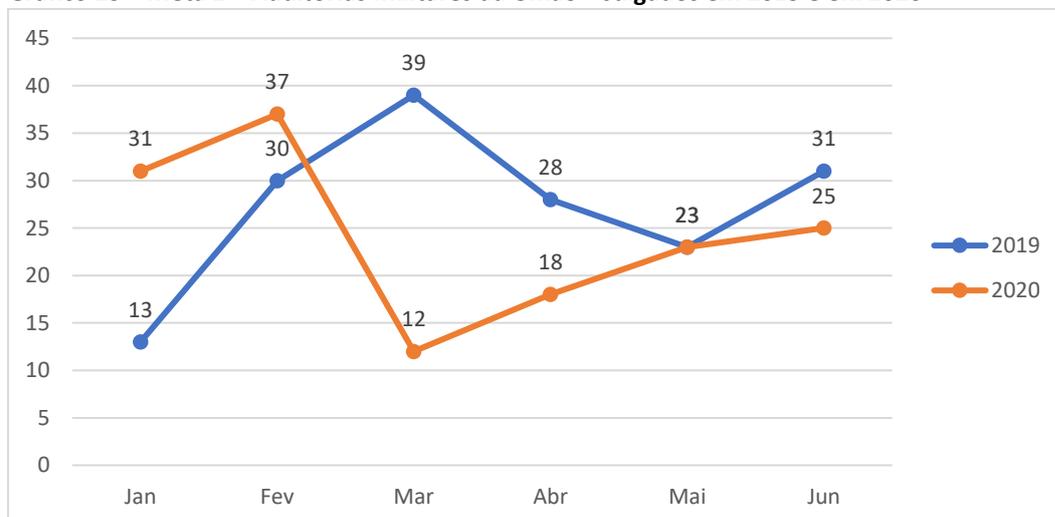


Auditorias Militares

Os processos pendentes de julgamento da Meta foram maiores em 2020 do que em 2019. Eram 333 em 2019 e 476 em 2020.

Já para os processos julgados, 2020 ficou maior nos meses de janeiro e fevereiro, igual no mês de maio – 23 processos, e menor nos meses de março, abril e junho comparado a 2019.

Gráfico 23 – Meta 2 – Auditorias Militares da União – Julgados em 2019 e em 2020



META 2019:

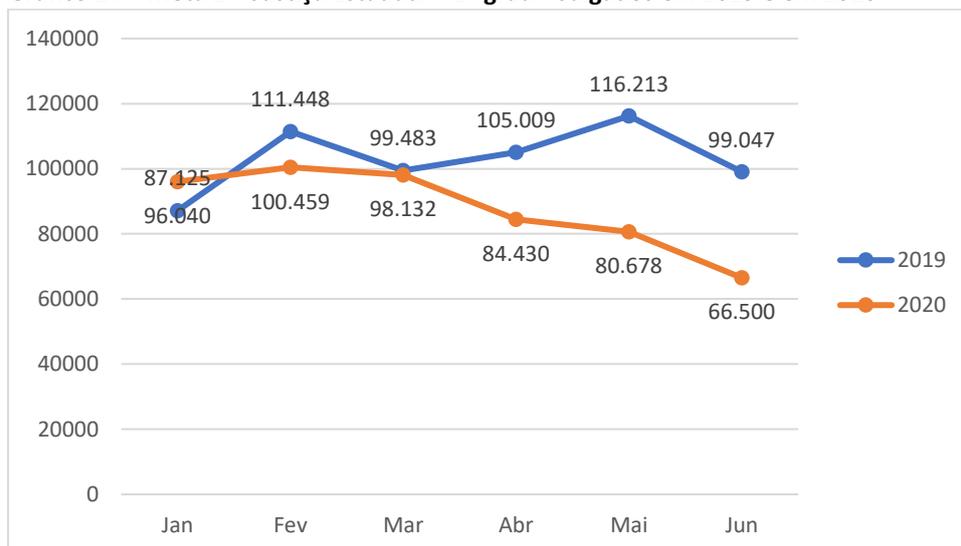
Identificar e julgar, **na Justiça Estadual**, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

META 2020:

Identificar e julgar, **na Justiça Estadual**, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Para o 1º grau, os processos pendentes de julgamento da Meta ficaram semelhantes no ano de 2020 e 2019. Eram 4.724.857 em 2019 e 4.636.311 em 2020.

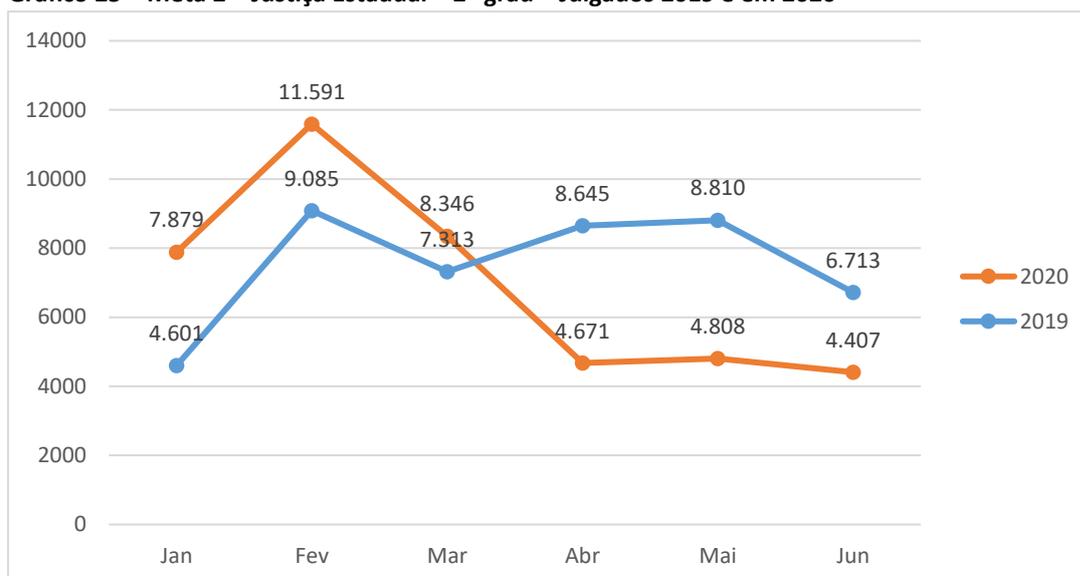
Os processos julgados no 1º grau da Justiça Estadual foram maiores em quase todos os meses de 2019, ficando o mês de janeiro superior no ano de 2020.

Gráfico 24 – Meta 2 – Justiça Estadual – 1º grau – Julgados em 2019 e em 2020

Já para o 2º grau, os processos pendentes de julgamento da Meta ficaram semelhantes no ano de 2020 e 2019. Eram 137.340 em 2019 e 142.499 em 2020.

Para os processos julgados no 2º grau, o ano de 2020 superou 2019 nos meses de janeiro, fevereiro e março.

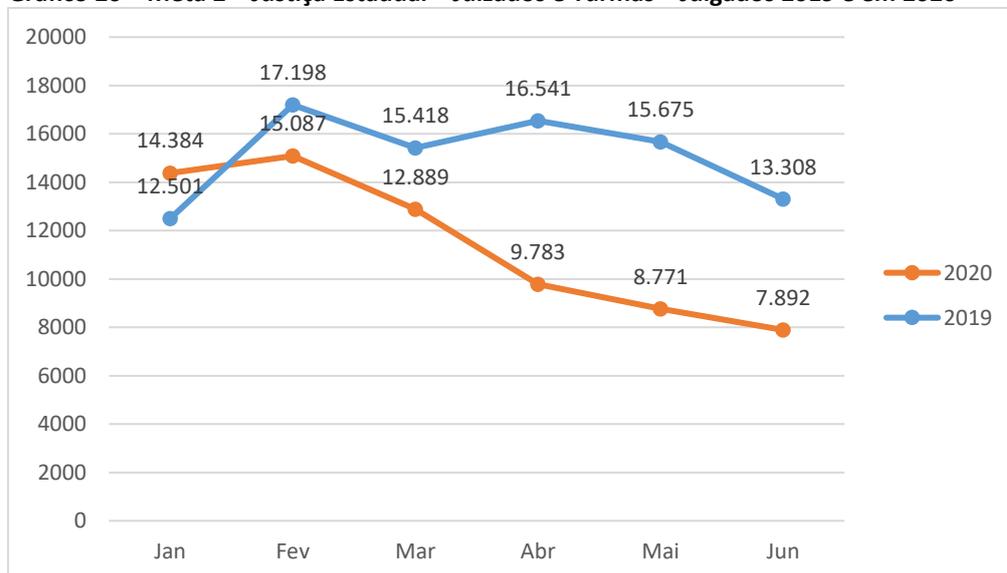
Gráfico 25 – Meta 2 – Justiça Estadual – 2º grau – Julgados 2019 e em 2020



Para os Juizados e Turmas da Justiça Estadual, os processos pendentes de julgamento da Meta ficaram semelhantes no ano de 2020 e 2019. Eram 486.408 em 2019 e 450.805 em 2020.

Os julgados nos Juizados e Turmas ficaram superior no mês de janeiro de 2020, sendo 2019 superior de fevereiro a junho.

Gráfico 26 – Meta 2 – Justiça Estadual – Juizados e Turmas – Julgados 2019 e em 2020



META 2019:

Identificar e julgar, **na Justiça Federal**, no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e 85% dos processos distribuídos em 2015; Nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016.

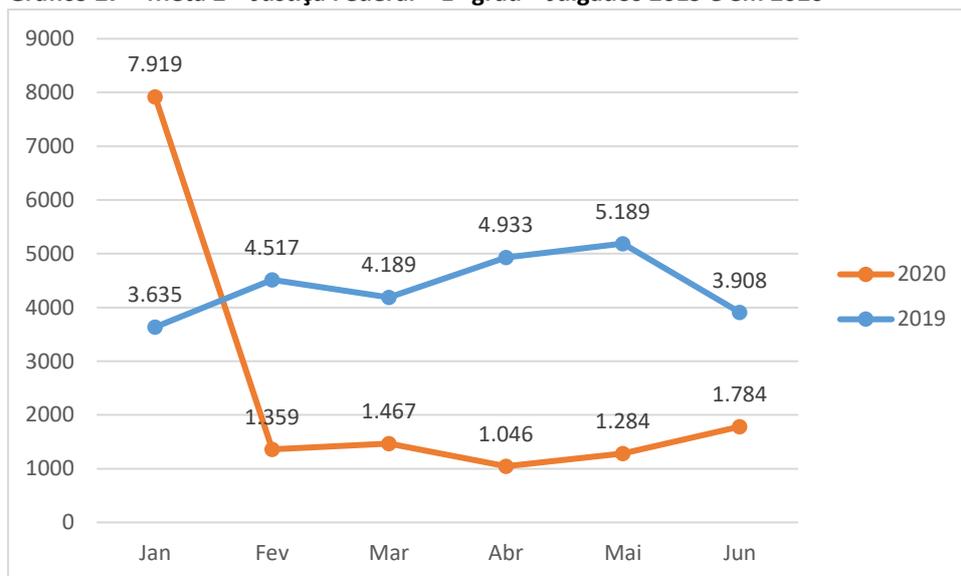
META 2020:

Identificar e julgar, **na Justiça Federal**, no 1º e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 e 85% dos processos distribuídos em 2016; e nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2017.

Para o 1º grau, os processos pendentes de julgamento da Meta foram maiores em 2020 do que em 2019. Eram 105.063 em 2019 e 376.767 em 2020.

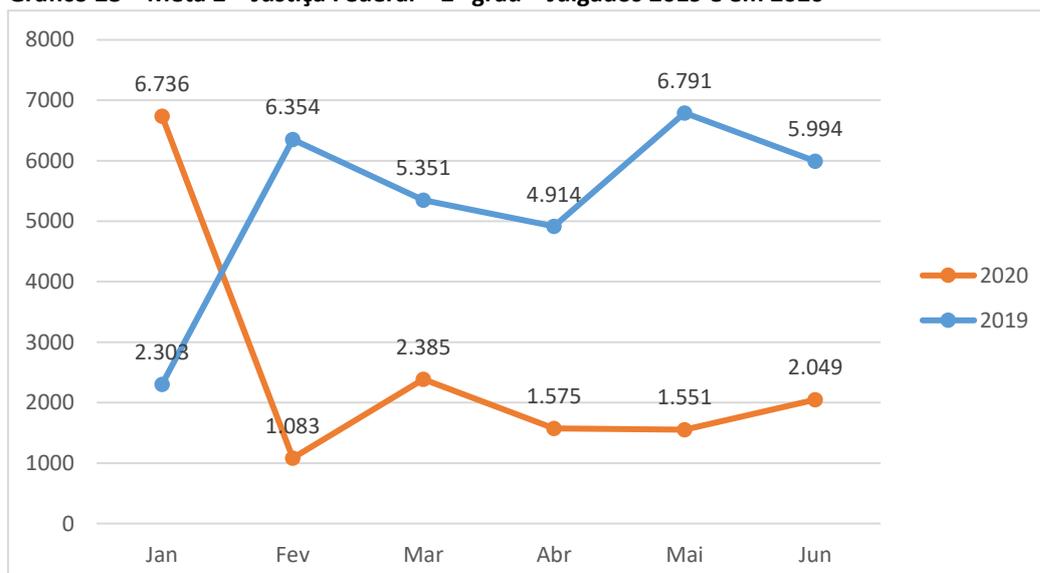
O mesmo aconteceu com os julgados, sendo janeiro de 2020 superior, e os meses de fevereiro a junho de 2019 apresentando maior número de processos julgados.

Gráfico 27 – Meta 2 – Justiça Federal – 1º grau – Julgados 2019 e em 2020



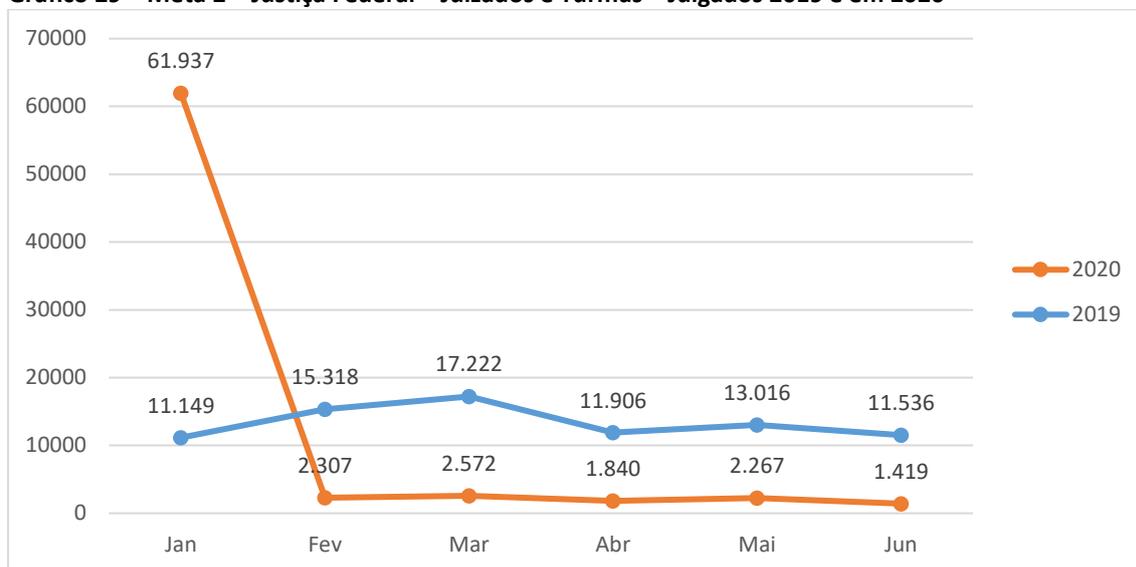
Para o 2º grau, os processos pendentes de julgamento da Meta ficaram semelhantes no ano de 2020 e 2019. Eram 202.255 em 2019 e 220.272 em 2020.

Gráfico 28 – Meta 2 – Justiça Federal – 2º grau – Julgados 2019 e em 2020



Com relação aos Juizados e Turmas, os processos pendentes de julgamento da Meta foram maiores em 2020 do que em 2019. Eram 107.848 em 2019 e 152.816 em 2020.

Gráfico 29 – Meta 2 – Justiça Federal – Juizados e Turmas – Julgados 2019 e em 2020



META 2019:

Identificar e julgar, **na Justiça do Trabalho**, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

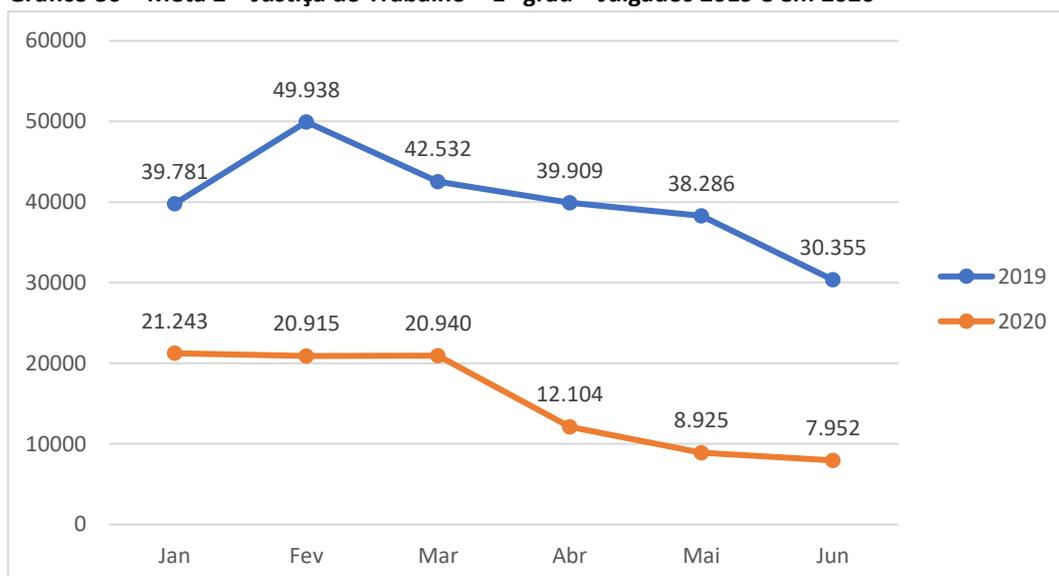
META 2020:

Identificar e julgar, **na Justiça do Trabalho**, 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus.

Os processos pendentes de julgamento da Meta foram maiores em 2019 do que em 2020. Eram 512.771 em 2019 e 239.213 em 2020.

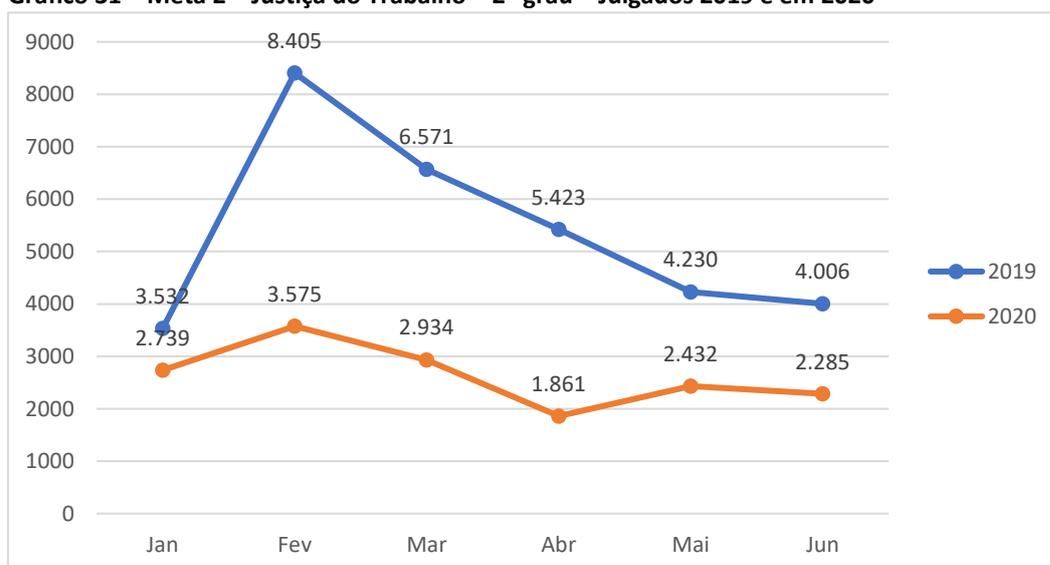
Os julgados no 1º grau da Justiça do Trabalho, obtiveram um resultado superior no ano de 2019 em todos os meses analisados.

Gráfico 30 – Meta 2 – Justiça do Trabalho – 1º grau – Julgados 2019 e em 2020



No 2º grau da Justiça do Trabalho, os julgados no ano de 2019 foram superiores, sendo fevereiro o mês com maior diferença.

Gráfico 31 – Meta 2 – Justiça do Trabalho – 2º grau – Julgados 2019 e em 2020



META 2019:

Identificar e julgar, **na Justiça Eleitoral**, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017.

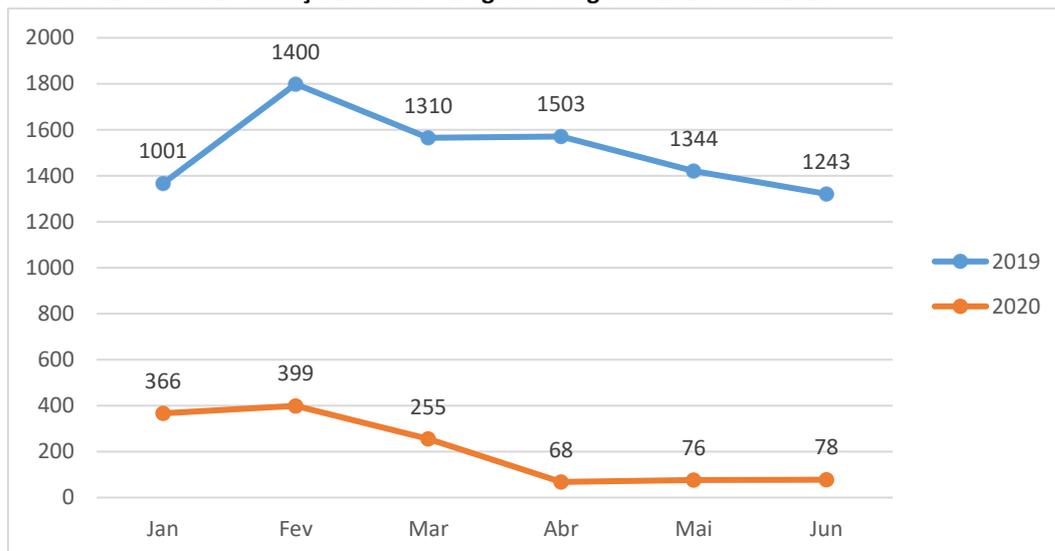
META 2020:

Identificar e julgar, **na Justiça Eleitoral**, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018.

Os processos pendentes de julgamento da Meta foram maiores em 2019 do que em 2020. Eram 20.747 em 2019 e 12.688 em 2020.

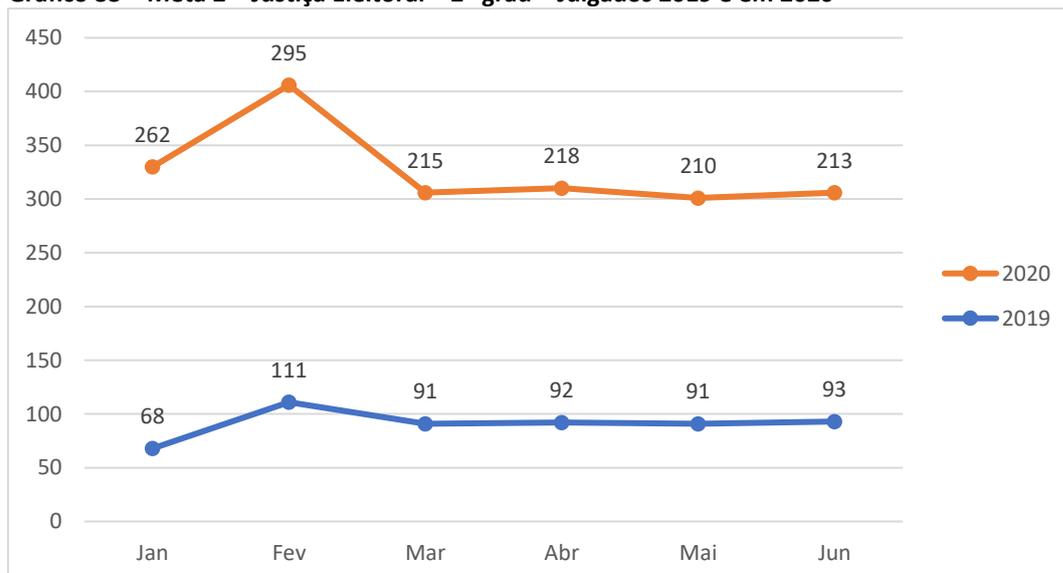
Em relação aos processos julgados, o 1º Grau no ano de 2019 foi superior ao ano de 2020 em todos os meses analisados.

Gráfico 32 – Meta 2 – Justiça Eleitoral – 1º grau – Julgados 2019 e em 2020



No que concerne aos processos julgados no 2º grau, o ano de 2020 foi superior.

Gráfico 33 – Meta 2 – Justiça Eleitoral – 2º grau – Julgados 2019 e em 2020



META 2019:

Identificar e julgar, **na Justiça Militar Estadual**, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017 nas Auditorias, e pelo menos 98% dos processos distribuídos até 31/12/2018 no 2º grau.

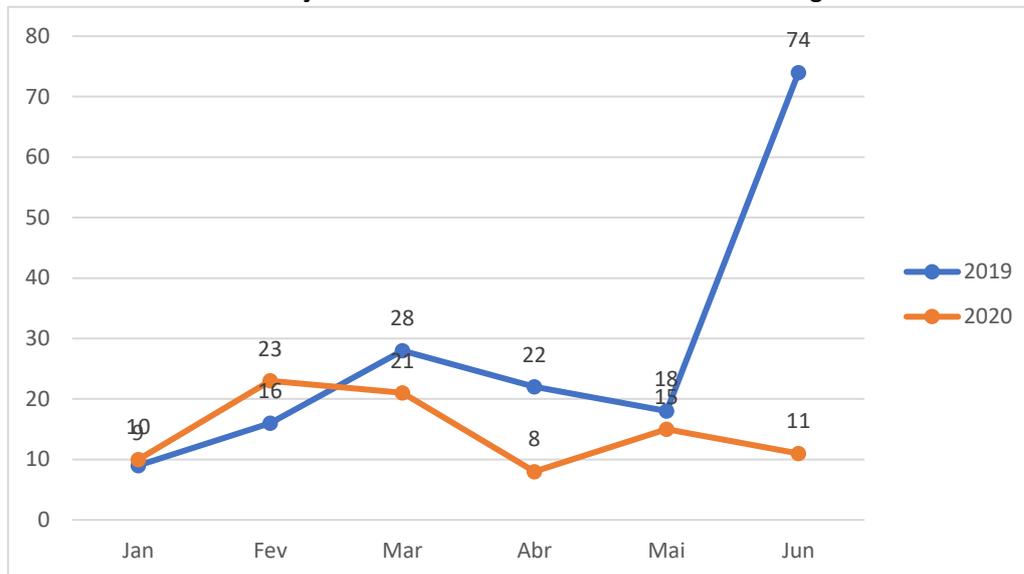
META 2020:

Identificar e julgar, **na Justiça Militar Estadual**, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nas Auditorias, e pelo menos 98% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 2º grau.

Para as Auditorias Militares, os processos pendentes de julgamento da Meta ficaram semelhantes no ano de 2020 e 2019. Eram 398 em 2019, e 364 em 2020.

Os julgados nas Auditorias no ano de 2020 ficou maior nos meses de janeiro e fevereiro, sendo 2019 superior nos outros meses analisados.

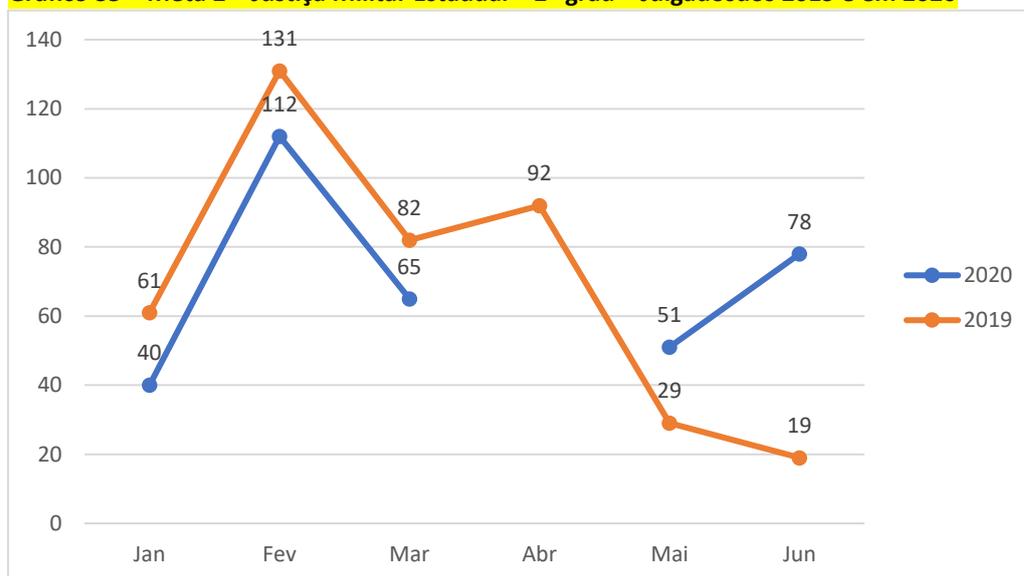
Gráfico 34 – Meta 2 – Justiça Militar Estadual – Auditorias Militares – Julgados 2019 e em 2020



Para o 2º grau, os processos pendentes de julgamento da Meta ficaram semelhantes no ano de 2020 e 2019. Eram 473 em 2019, e 498 em 2020.

Com relação aos processos julgados no 2º grau, 2019 foi superior de janeiro a abril, sendo os meses de maio e junho maiores em 2020.

Gráfico 35 – Meta 2 – Justiça Militar Estadual – 2º grau – Julgados 2019 e em 2020



Percentuais de cumprimento da Meta Nacional 2 referentes aos meses de janeiro a junho de 2019 e de 2020, por segmento de justiça

Segmento	Processos distribuídos no período de referência	Cumprimento da meta 2019	Processos distribuídos no período de referência	Cumprimento da meta 2020
STJ	Até 31/12/2014	91,96%	Até 31/12/2015	93,87%
STJ	Em 2015	90,97%	Em 2016	94,63%
TRFs (1º e 2º grau)	Até 31/12/2014	85,81%	Até 31/12/2015	72,28%
TRFs (1º e 2º grau)	Em 2015	103,40%	Em 2016	92,88%
TRFs (Juizados e Turmas)	Até 31/12/2016	98,41%	Até 31/12/2017	99,59%
TJs (1º grau)	Até 31/12/2015	88,46%	Até 31/12/2016	82,82%
TJs (2º grau)	Até 31/12/2016	109,71%	Até 31/12/2017	106,99%
TJs (Juizados e Turmas)	Até 31/12/2016	100,94%	Até 31/12/2017	95,86%
TST	Até 31/12/2015	48,67%	Até 31/12/2016	72,43%
TST	Até 31/12/2016	49,09%	Até 31/12/2017	67,21%
TRTs (1º e 2º grau)	Até 31/12/2017	66,19%	Até 31/12/2018	30,48%
TREs (1º e 2º grau)	Até 31/12/2017	92,59%	Até 31/12/2018	94,90%
JMU (Auditorias Militares)	Até 31/12/2017	76,18%	Até 31/12/2018	81,09%
JMU (STM)	Até 31/12/2017	101,30%	Até 31/12/2018	100,03%
JME (Auditorias Militares)	Até 31/12/2017	89,17%	Até 31/12/2018	81,01%
JME (2º grau)	Até 31/12/2018	89,31%	Até 31/12/2019	70,90%

Meta 3 – Estimular a conciliação (Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

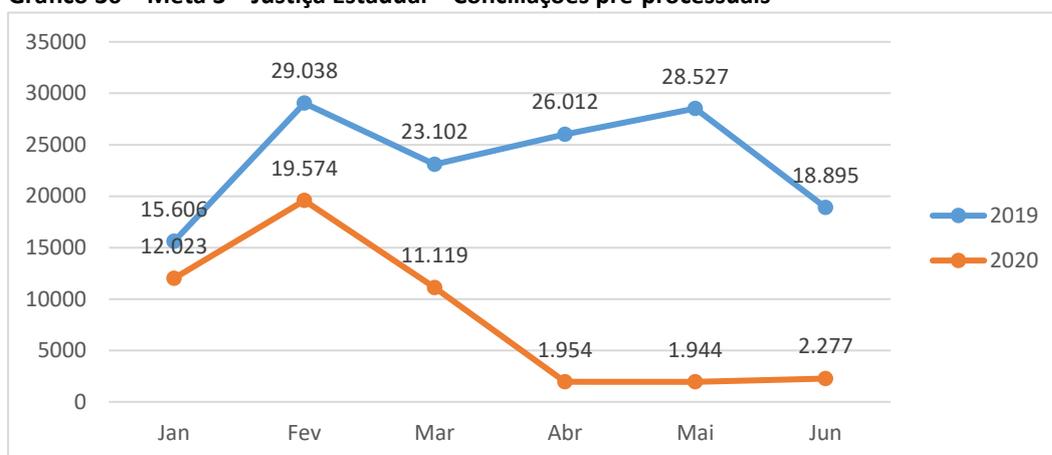
Justiça Estadual:

Meta 2019: Aumentar o indicador índice de conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Meta 2020: Aumentar o indicador índice de conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

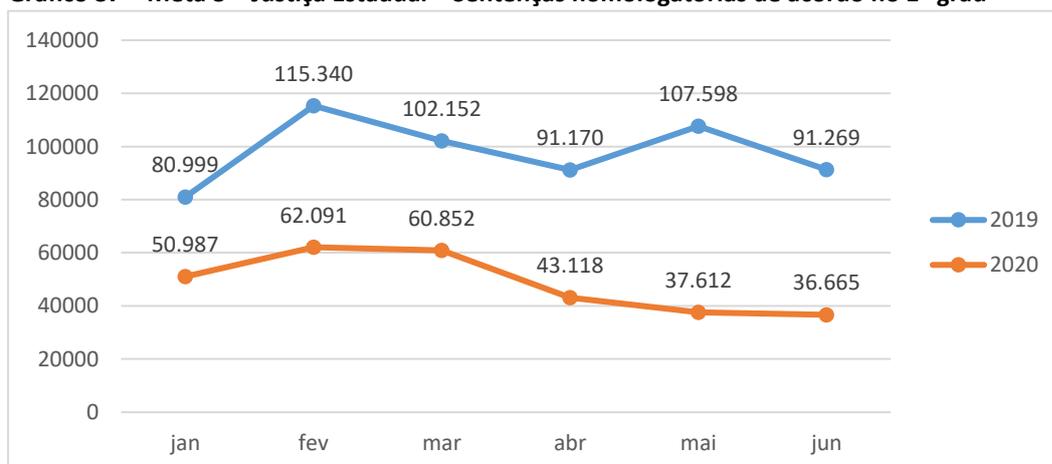
O quantitativo de conciliações pré-processuais em 2020 caiu consideravelmente comparado ao mesmo período de 2019:

Gráfico 36 – Meta 3 – Justiça Estadual – Conciliações pré-processuais



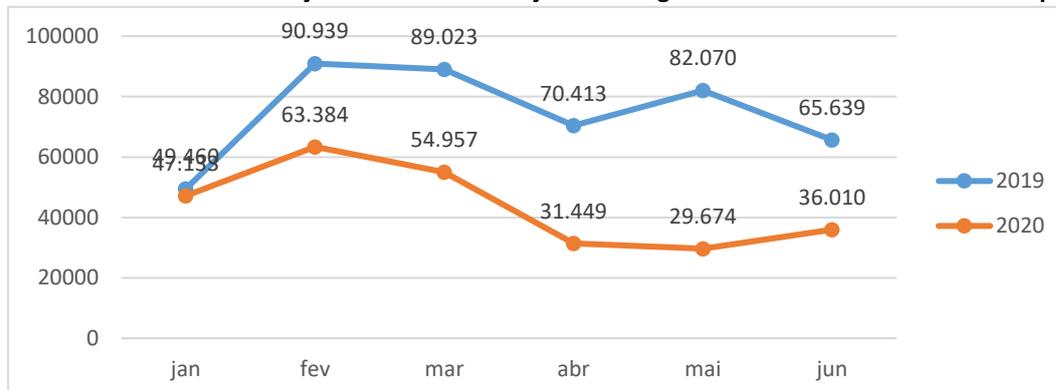
O quantitativo de sentenças homologatórias de acordos no 1º grau em 2020 caiu consideravelmente comparado ao mesmo período de 2019:

Gráfico 37 – Meta 3 – Justiça Estadual – Sentenças homologatórias de acordo no 1º grau



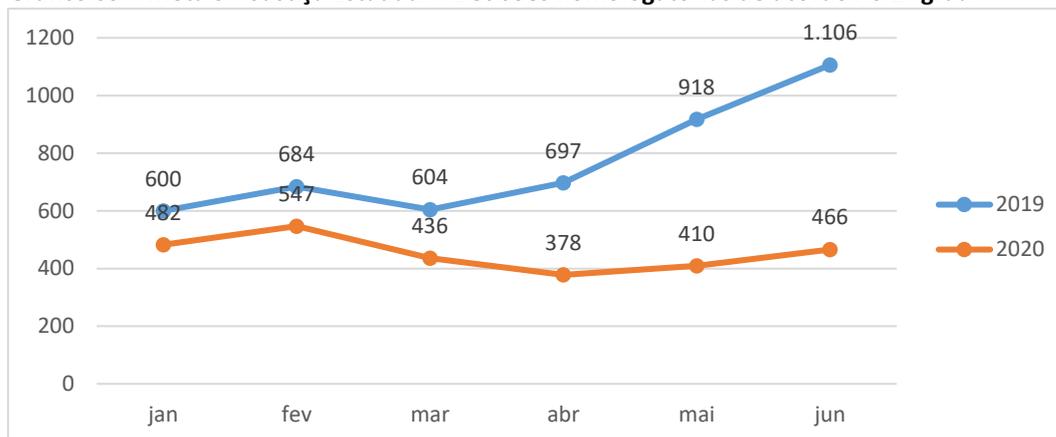
Quantitativo de sentenças homologatórias de acordos nos Juizados Especiais em 2020 caiu consideravelmente comparado ao mesmo período de 2019:

Gráfico 38 – Meta 3 – Justiça Estadual – Sentenças homologatórias de acordo nos Juizados Especiais



Quantitativo de decisões homologatórias de acordos no 2º grau em 2020 caiu comparado ao mesmo período de 2019, mas esse quantitativo não impacta tanto na Meta 3:

Gráfico 39 – Meta 3 – Justiça Estadual – Decisões homologatórias de acordo no 2º grau



Quantitativo de decisões homologatórias de acordos nas Turmas Recursais em 2020 se manteve em comparação a 2019.

Como a Meta 3 na Justiça Estadual é aumentar a conciliação em relação a 2019, o percentual de cumprimento ficará prejudicado.

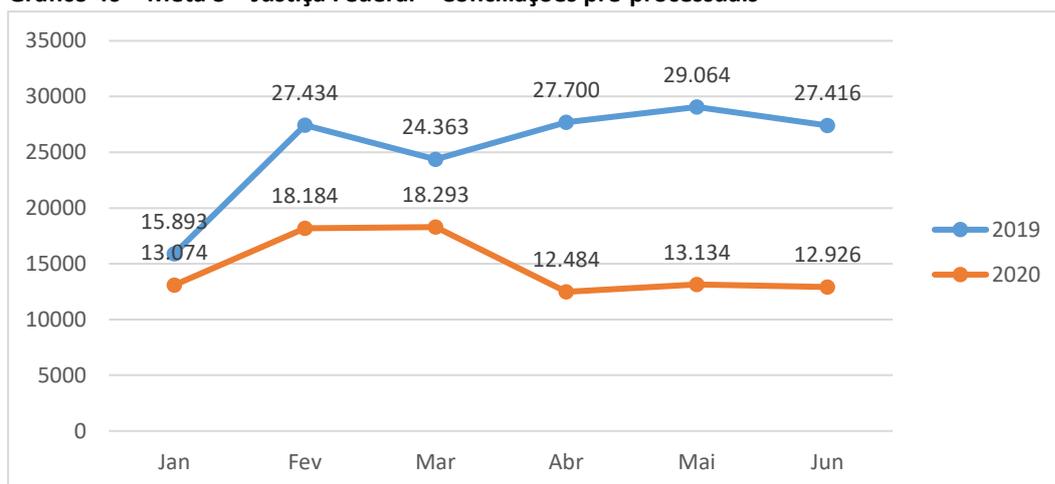
Justiça Federal:

Meta 2019: Fomentar o alcance percentual mínimo de 5% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.

Meta 2020: Fomentar o alcance percentual mínimo de 6% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.

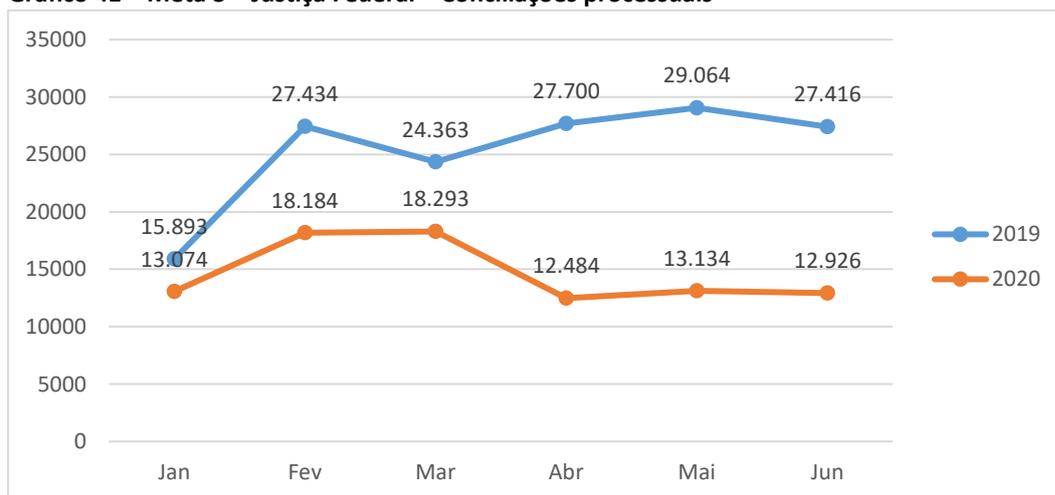
O quantitativo de conciliações pré-processuais em 2020 caiu consideravelmente comparado ao mesmo período de 2019.

Gráfico 40 – Meta 3 – Justiça Federal – Conciliações pré-processuais



O quantitativo de conciliações processuais em 2020 também caiu consideravelmente comparado ao mesmo período de 2019.

Gráfico 41 – Meta 3 – Justiça Federal – Conciliações processuais



O quantitativo de distribuídos não sofreu a queda considerável da mesma maneira que ocorreu com as conciliações. Como a Meta 3 é fomentar um percentual de 6% de conciliação em relação aos processos distribuídos, o percentual de cumprimento sofrerá uma queda mantendo-se os mesmos critérios.

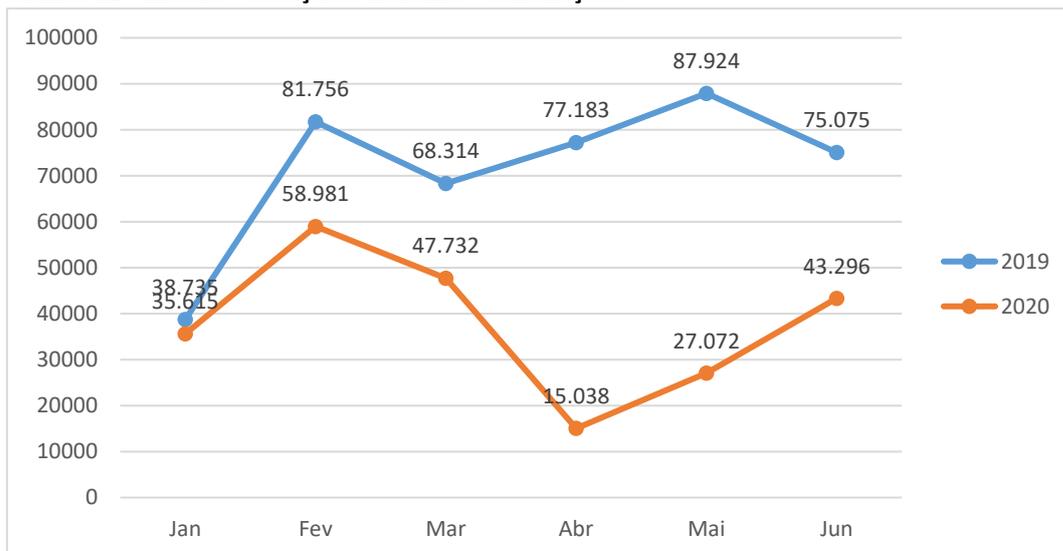
Justiça do Trabalho:

2019: Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

2020: Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018.

O quantitativo de processos solucionados por conciliação em 2020 caiu consideravelmente comparado ao mesmo período de 2019.

Gráfico 42 – Meta 3 – Justiça do Trabalho - Conciliações



Como a Meta 3 para a Justiça do Trabalho é aumentar a conciliação em relação ao biênio anterior, o cumprimento da Meta fica prejudicado em virtude da pandemia.

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)

Superior Tribunal de Justiça:

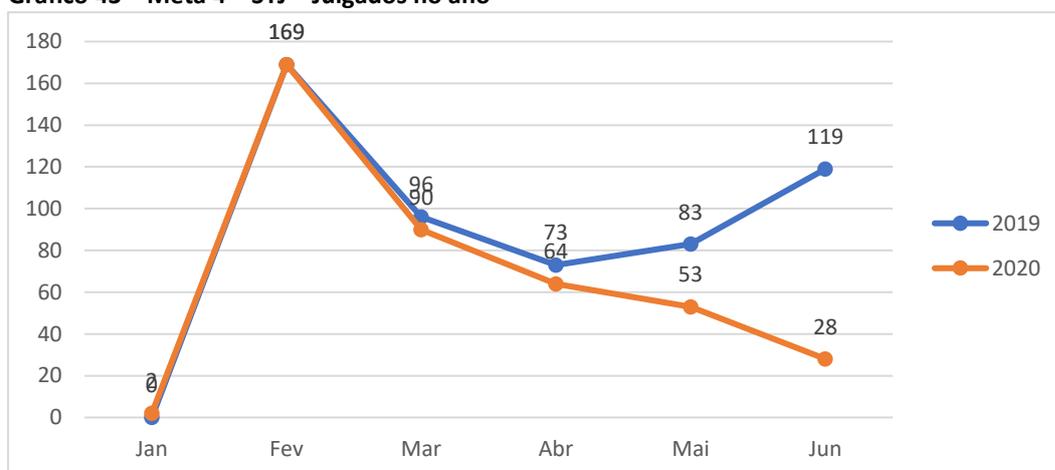
Meta 2019: 99% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016 e 85% das ações distribuídas em 2017.

Meta 2020: 99% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crime contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2017 e 85% das ações distribuídas em 2018.

Os processos pendentes de julgamento na Meta ficaram semelhantes no ano de 2019 e 2020. Eram 2.667 em 2019, e 2.506 em 2020.

O quantitativo de processos julgados no ano em 2020 caiu levemente se comparado a 2019. Isso, no momento, não traz grandes impactos no percentual de cumprimento da Meta.

Gráfico 43 – Meta 4 – STJ – Julgados no ano



Justiça Estadual:

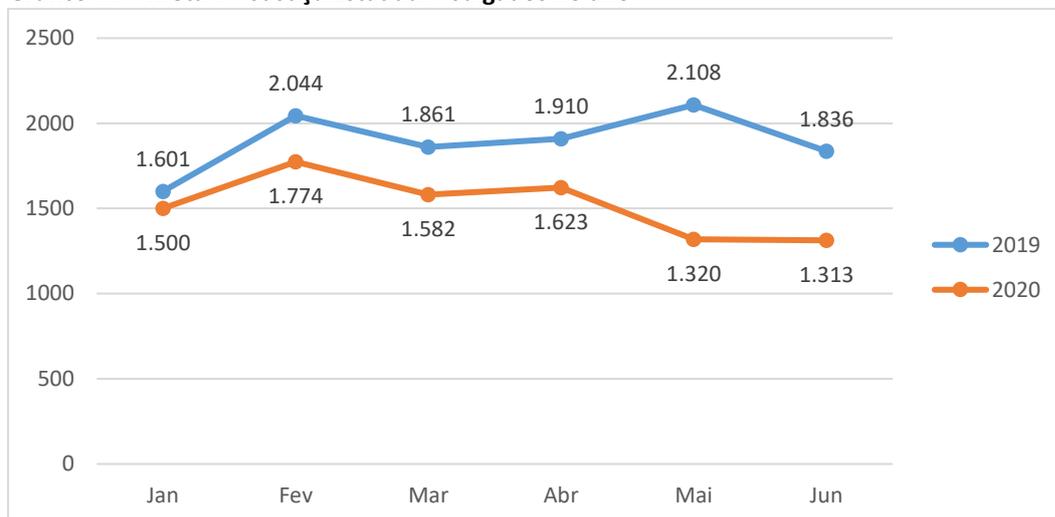
Meta 2019: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2016, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Meta 2020: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Os processos pendentes de julgamento na Meta ficaram semelhantes no ano de 2019 e 2020. Eram 319.560 em 2019, e 321.036 em 2020.

Como o quantitativo de processos na Meta 4 na Justiça Estadual não é elevado, os processos julgados no ano também não diminuíram tanto. Porém, são menores que o mesmo período se comparado a 2019 e impactará no cumprimento da Meta:

Gráfico 44 – Meta 4 – Justiça Estadual – Julgados no ano



O percentual de cumprimento da Justiça Estadual está abaixo de 60% da meta.

Justiça Federal:

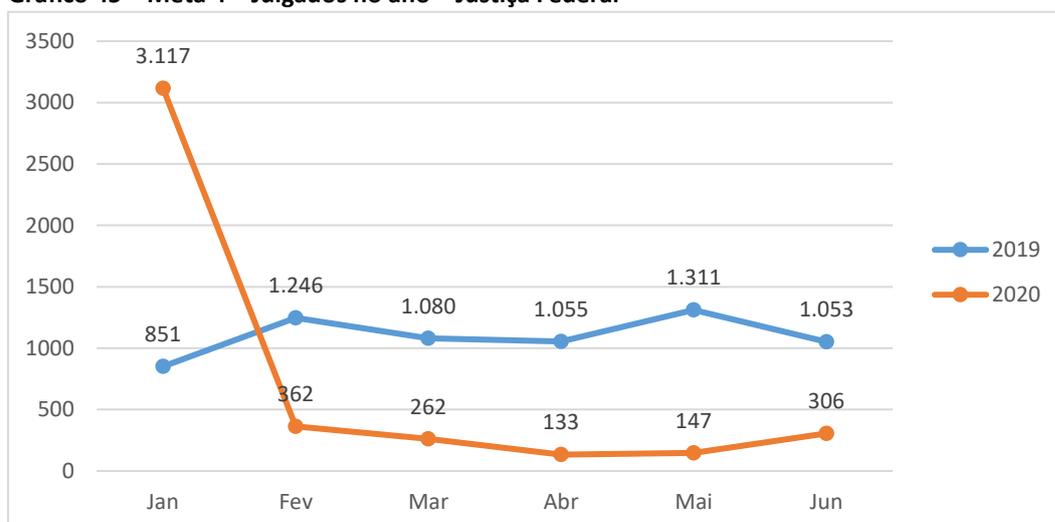
Meta 2019: FAIXA 1: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016; FAIXA 2: 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016.

Meta 2020: FAIXA 1: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2017. FAIXA 2: 60% das ações de improbidade administrativa e 70% das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2017.

Os processos pendentes de julgamento na Meta foram maiores em 2020 do que em 2019. Eram 58.880 em 2019, e 102.144 em 2020.

O quantitativo de processos julgados no ano em 2020 caiu consideravelmente comparado ao mesmo período de 2019:

Gráfico 45 – Meta 4 – Julgados no ano – Justiça Federal



Apesar da queda, o atual percentual de cumprimento da Meta 4 está em 93,12%

Justiça Eleitoral:

Meta 2019: Identificar e julgar, até 31/12/2019, 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas Eleições 2018, distribuídos até 31/12/2018, que possam importar na perda de mandato eletivo.

Meta 2020: Identificar e julgar, até 31/12/2020, 90% dos processos referentes às eleições de 2018, distribuídos até 31/12/2019, que possam importar na perda de mandato eletivo.

A Meta 4 da Justiça Eleitoral mudou em relação ao ano de 2019, então a comparação não seria adequada.

O cumprimento da Meta 4 na Justiça Eleitoral está em 38%, porém, o quantitativo de processos na Meta para julgamento (até o momento menos de 200) é pequeno. Aparentemente, essa Meta não terá um impacto tão grande em virtude da pandemia.

Até junho de 2020, apenas 8 tribunais cumpriam mais de 50% da meta.

Justiça Militar da União:

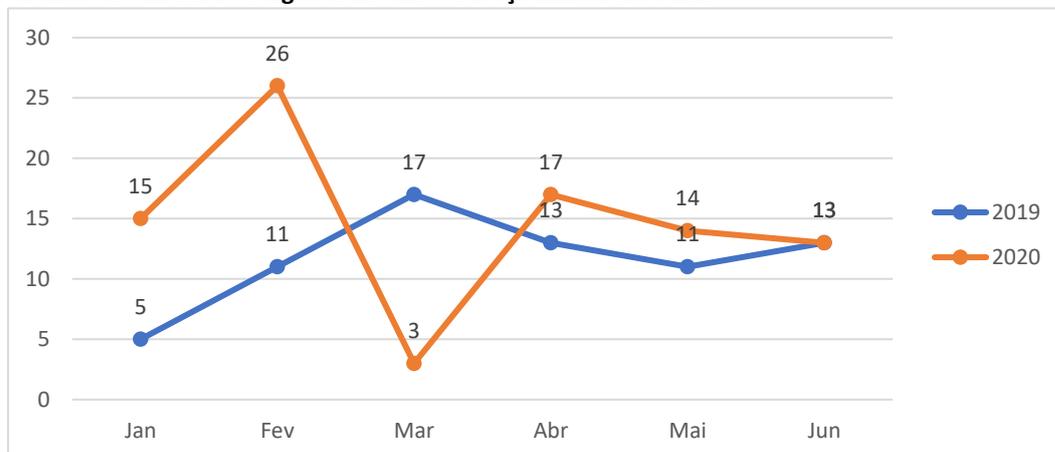
Meta 2019: Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 95% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17 distribuídas até 31/12/2017 no STM, e 90% das distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.

Meta 2020: Identificar e julgar, até 31/12/2020, 99% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2018 no STM, e 95% das distribuídas até 31/12/2018 no 1º grau.

Os processos pendentes de julgamento na Meta foram maiores em 2020 do que em 2019. Eram 140 em 2019, e 255 em 2020.

O quantitativo de processos julgados no ano em 2020 não mostrou diferenças significativas se comparado a 2019, exceto no mês de março.

Gráfico 46 – Meta 4 – Julgados no ano – Justiça Militar da União



Justiça Militar Estadual:

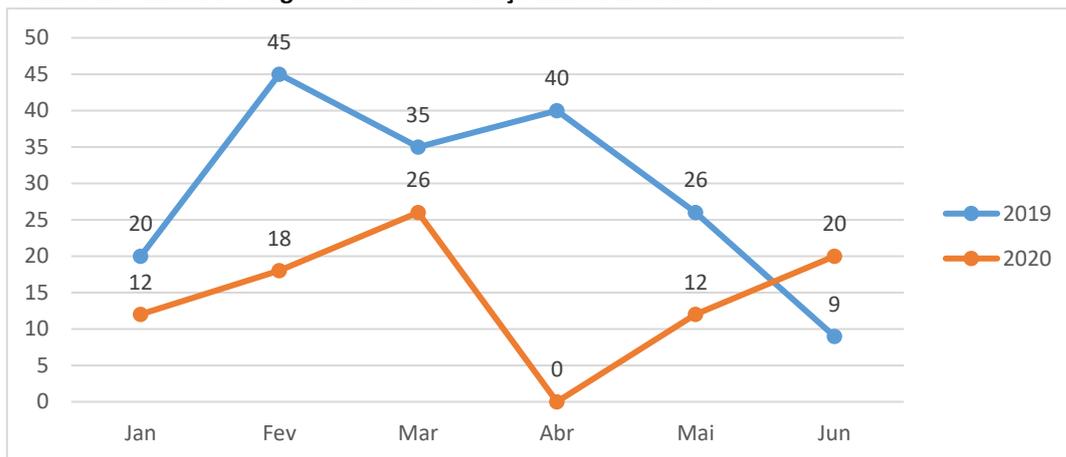
Meta 2019: Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 93% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau, e pelo menos 95% das distribuídas no 2º grau até 31/12/2018.

Meta 2020: 95% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2018 no 1º grau, e pelo menos 95% das distribuídas no 2º grau até 31/12/2019.

Os processos pendentes de julgamento na Meta foram maiores em 2020 do que em 2019. Eram 362 em 2019, e 460 em 2020.

Quantitativo de processos julgados no ano de 2020 caiu comparado ao mesmo período de 2019. Apesar de impactarem no percentual de cumprimento, são poucos processos na Meta 4.

Gráfico 47 – Meta 4 – Julgados no ano – Justiça Militar Estadual



Meta 5 – Impulsionar processos à execução (Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Justiça Federal: : Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

O ano de 2019 foi superior a 2020, de janeiro a junho.

Segmento	% de cumprimento 2019	% de cumprimento 2020
JUSTIÇA FEDERAL	98,41%	84,15%

Nessa meta, é esperado que os tribunais cumpram a meta em todos os meses, buscando dar vazão ao fluxo processual e não acumular processos. Somente o TRF3 está cumprindo a meta em 2020. No mesmo período de 2019, três tribunais cumpriam a meta.

Justiça do Trabalho: Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

O ano de 2019 foi superior a 2020 em todos os meses.

Segmento	% de cumprimento 2019	% de cumprimento 2020
JUSTIÇA DO TRABALHO	97,31%	81,77%

Seis TRTs estão cumprindo a meta em 2020, quais sejam: TRT3, TRT5, TRT13, TRT19, TRT21 e TRT22. No mesmo período em 2019, dez tribunais cumpriam a meta.

Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, TST, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Superior Tribunal de Justiça:

Meta 2019: 80% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 1/1/2015.

Meta 2020: 95% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 1/1/2015.

O STJ já cumpre a Meta 6 em 2020.

Tribunal Superior do Trabalho:

Meta 2019: as ações coletivas distribuídas até 31/12/2016.

Meta 2020: as ações coletivas distribuídas até 31/12/2017.

Os processos pendentes de julgamento na Meta foram maiores em 2019 do que em 2020. Eram 226 em 2019, e 22 em 2020.

Até junho de 2019, o TST tinha julgado 5 processos na Meta 6. Até junho de 2020, foi julgado 1 processo.

Apesar do quantitativo baixo de processos, o TST tem 94% de cumprimento de Meta.

Justiça Estadual:

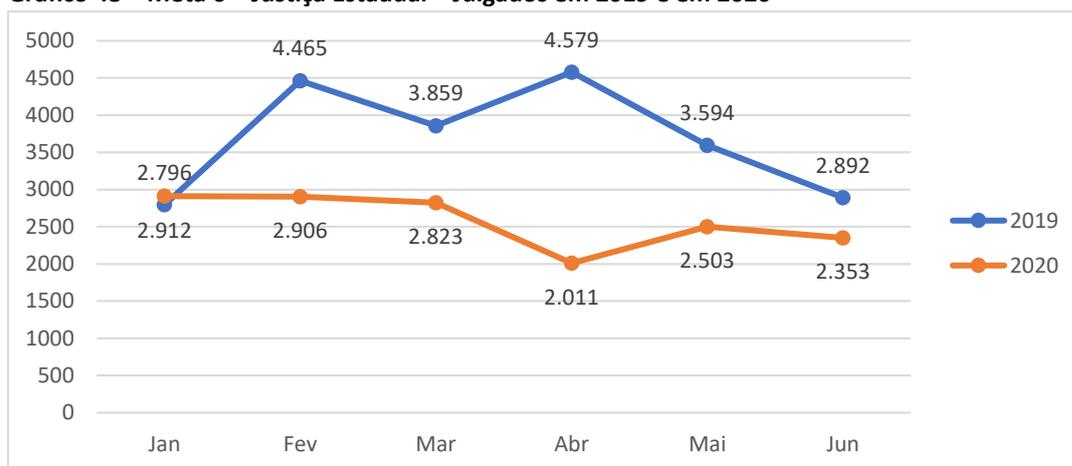
Meta 2019: 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 2º grau.

Meta 2020: 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018 no 2º grau.

Os processos pendentes de julgamento na Meta ficaram semelhantes no ano de 2020 e 2019. Eram 245.872 em 2019, e 240.210 em 2020.

O quantitativo de julgados no ano em 2020 diminuiu se comparado ao mesmo período em 2019:

Gráfico 48 – Meta 6 – Justiça Estadual – Julgados em 2019 e em 2020



A Meta para o 2º grau está cumprida, e para o 1º grau, está com 66% de cumprimento.

Justiça Federal:

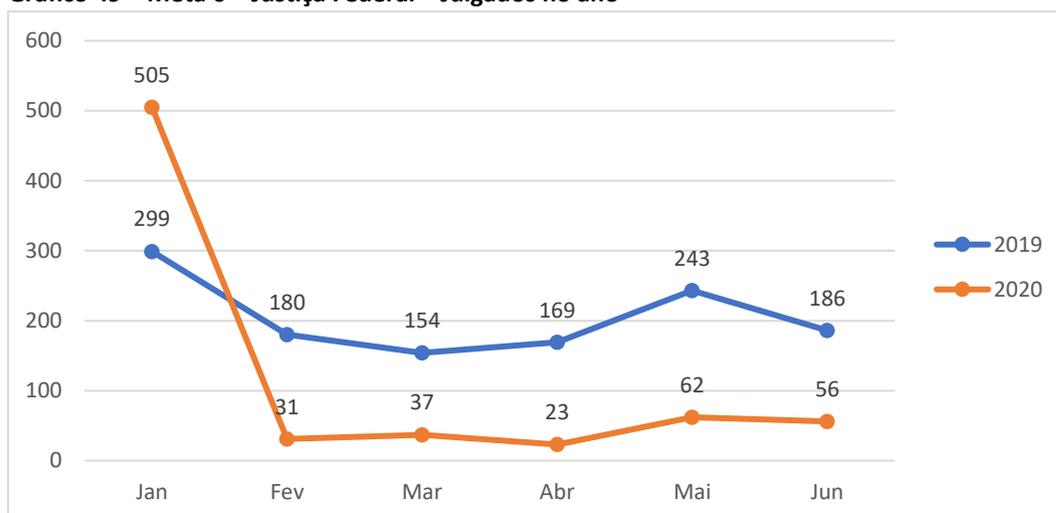
Meta 2019: FAIXA 3: 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2016, no 1º e 2º graus. FAIXA 2: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2016, no 1º e 2º graus. FAIXA 1: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2016, no 1º e 2º graus.

Meta 2020: FAIXA 3: 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2016, no 1º e 2º graus. FAIXA 2: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2016, no 1º e 2º graus. FAIXA 1: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2016, no 1º e 2º graus.

Os processos pendentes de julgamento na Meta ficaram semelhantes no ano de 2020 e 2019. Eram 17.716 em 2019, e 20.156 em 2020.

O quantitativo de processos julgados no ano de 2020 diminuiu se comparado ao mesmo período em 2019. Porém, o número de processos é baixo e apenas o TRF3 está com percentual de cumprimento abaixo de 95%, com 64%.

Gráfico 49 – Meta 6 – Justiça Federal – Julgados no ano



Justiça do Trabalho:

Meta 2019: 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e até 31/12/2017 no 2º grau.

Meta 2020: 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau e até 31/12/2018 no 2º grau.

Os processos pendentes de julgamento na Meta foram maiores em 2020 do que em 2019. Eram 2.268 em 2019, e 4.812 em 2020.

Para os TRTs, o quantitativo de julgados no ano de 2020 não apresentou diferenças significativas em relação ao mesmo período em 2019. O segmento cumpre a Meta em 95% até o momento.

Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (STJ e Justiça do Trabalho)

Superior Tribunal de Justiça:

Meta 2019: Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos de temas afetados a partir de 18/03/2016 (publicação do Novo Código de Processo Civil); e Julgar, até 31/12/2019, 80% do estoque dos temas afetados até 18/03/2016 (publicação do Novo Código de Processo Civil).

Meta 2020: Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos.

Para a Meta 7, o STJ publicou, em 2019, 10 acórdãos em recursos repetitivos até junho. Em 2020, no mesmo período, foram 4.

Apesar da redução de mais da metade no período, o tribunal cumpre a Meta em mais de 100%.

Tribunal Superior do Trabalho:

Meta 2019: Identificar e reduzir em 3,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Meta 2020: Identificar e reduzir em 3,6% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

O TST vem julgando mais processos da Meta 7 no ano de 2020 se comparado a 2019.

O percentual de cumprimento da Meta está acima de 100%.

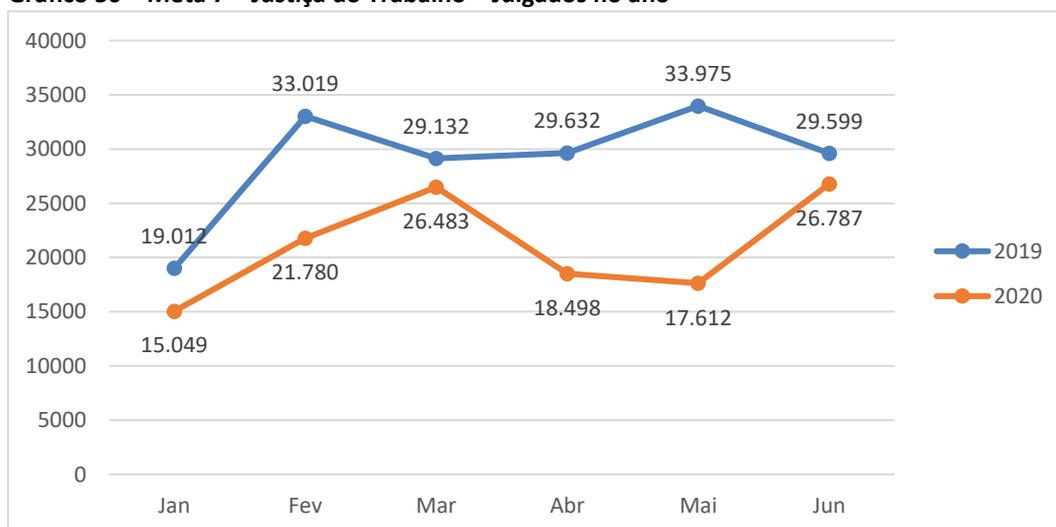
Justiça do Trabalho:

Meta 2019: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Meta 2020: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

O quantitativo de processos julgados no ano em 2020 diminuiu se comparado ao mesmo período em 2019:

Gráfico 50 – Meta 7 – Justiça do Trabalho – Julgados no ano



Apesar da diminuição, a Justiça do Trabalho cumpre a Meta em mais de 100%.

Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Justiça Estadual)

META 2019:

Identificar e julgar, até 31/12/2019, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2018.

META 2020:

Identificar e julgar, até 31/12/2020, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

A Meta Nacional 8 é composta por duas partes: casos de feminicídio, mesma meta do ano anterior, e casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, em que o período de referência do ano passado foi atualizado.

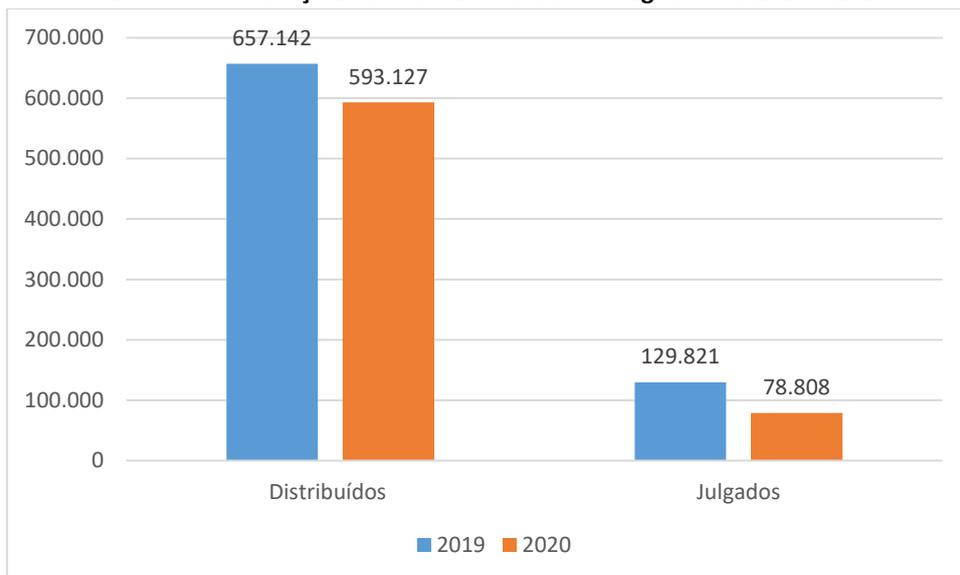
Em relação ao feminicídio, 14 tribunais já cumprem a meta em 2020. Como esperado, a maioria dos tribunais apresenta maior cumprimento da meta em relação a 2019, uma vez que a meta é a mesma (ideia de continuidade). Comparando o resultado final de 2019 com o resultado obtido até junho de 2020, percebe-se que 14 tribunais apresentaram aumento de, pelo menos, 8,3% no cumprimento da meta. (era esperado que todos tivessem aumentado, uma vez que a meta é a mesma do ano passado). Nota-se que o quantitativo de julgados no ano caiu bastante comparando os mesmos períodos de 2019 e 2020, de 1.273 para 339. Somente o TJCE não lançou dados na meta.

Em relação à violência doméstica e familiar contra as mulheres, com exceção do TJAM, em 2020, todos os demais tribunais apresentam cumprimento da meta inferior comparado ao mesmo período de 2019. Ao analisar o cumprimento acumulado até junho dos anos 2019 e 2020, observa-se que o cumprimento também foi menor parcialmente aos meses, conforme demonstrado na tabela abaixo.

	Percentual de cumprimento da meta violência doméstica	
	2019	2020
Jan	6,20%	4,91%
Jan-Fev	13,28%	10,46%
Jan-Mar	20,39%	16,86%
Jan-Abr	26,82%	20,50%
Jan-Mai	33,92%	23,79%
Jan-Jun	39,51%	26,57%

Analisando-se os mesmos períodos (janeiro a junho), nota-se diminuição no percentual de julgamento: 19,75% em 2019, e 13,29% em 2020.

Gráfico 51 – Meta 8 – Justiça Estadual – Distribuídos e Julgados em 2019 e 2020



ANÁLISE DOS RESULTADOS PARCIAIS DAS METAS NACIONAIS 9 A 12

Esta seção apresenta somente os resultados parciais das Metas Nacionais 9, 10, 11 e 12 em 2020, uma vez que são metas novas neste ano.

Meta 9 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Militar da União e dos Estados)

Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Para cumprir a meta, o tribunal deve escolher um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Após a escolha do ODS, verificar na tabela constante no anexo do Glossário de Metas quais são os três assuntos mais demandados (acervo) no tribunal e escolher entre um deles. Em seguida, o tribunal deverá elaborar um plano de ação voltado à prevenção ou desjudicialização do grupo de demandas escolhido e realizá-lo.

A partir da tabela abaixo, nota-se que a maioria dos tribunais já elaboraram os planos de ação da meta, enviaram ao CNJ e já começaram a executar o planejado – isso ocorre quando o cumprimento da meta é superior a 50%.

Segmento	Tribunal	2020 - % cumprimento Meta 9
Estadual	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	66,50
	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	72,00
	Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	52,50
	Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	72,00
	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	72,00
	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	78,00
	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	65,00
	Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	67,50
	Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	60,00
	Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	77,50
	Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	75,00
	Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	75,00
	Tribunal de Justiça do Estado do Acre	75,00
	Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	72,00
	Tribunal de Justiça do Estado do Pará	25,00
	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	64,00
	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	75,00
	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	68,50
Federal	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	25,00
	Tribunal Regional Federal da 3ª Região	75,00
	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	50,00
Militar	Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul	25,00
Trabalho	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	60,00
	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	75,00

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	40,00
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	60,00
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	50,00
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	42,50
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	50,00
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	80,00
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	60,00
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	98,00
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	60,00
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	62,50
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	82,50
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	62,50
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	62,50
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	65,00
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	75,00

Observou-se também que a maioria dos tribunais conseguiram executar alguma parte do plano de ação durante o período mais crítico da pandemia – 2º trimestre.

Os tribunais que não aparecem na tabela acima (20 tribunais) ou não lançaram dados no Sistema de Metas Nacionais ou somente definiram ODS e assunto mais demandado.

Meta 10 – Promover a saúde de magistrados e servidores (Justiça do Trabalho e Justiça Militar da União e dos Estados)

Realizar exames periódicos de saúde em 20% dos magistrados e 25% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.

É notório que o cumprimento da Meta Nacional 10, no aspecto ligado aos exames periódicos, está bem abaixo do esperado, muitos inclusive não conseguiram realizar o exame periódico em nenhum magistrado ou servidor (6 tribunais).

Tribunais	2020 - % cumprimento da Meta 10 - Magistrados	2020 - % cumprimento da Meta 10 - Servidores	2020 - % cumprimento Meta 10 - Realização da ação
Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	285,71	85,71	100,00
Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul	35,71	4,65	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	0,00	14,36	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	1,63	10,96	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	8,14	7,05	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	0,00	0,00	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	117,65	99,06	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	0,00	1,27	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	0,00	0,00	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	0,00	32,07	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	0,00	31,17	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	0,00	0,28	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	0,00	0,00	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	0,00	4,06	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0,00	11,53	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	0,00	1,44	0,00
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	0,00	0,00	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	0,00	0,00	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	50,00	163,21	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	0,00	0,00	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	37,04	39,58	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	14,29	38,89	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	0,00	14,27	100,00
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	7,81	17,72	100,00

Observação¹: 100% de cumprimento da meta indica que 20% e 25% de magistrados e de servidores, respectivamente, realizaram os exames periódicos de saúde no tribunal.

Observação²: Não lançaram dados: STM e TJM-MG

Por outro lado, em relação à realização de ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma

das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior, com exceção de um tribunal (TRT16), todos os outros tribunais que lançaram os dados da Meta 10 no Sistema de Metas já conseguiram realizar a supracitada ação.

Meta 11 – Promover os direitos da criança e do adolescente (Justiça do Trabalho)

Promover pelo menos uma ação visando o combate ao trabalho infantil.

Para cumprimento integral da meta, os tribunais regionais do trabalho devem atender aos seguintes aspectos relacionados à ação visando o combate ao trabalho infantil:

- Definir plano de ação visando ao combate ao trabalho infantil;
- Executar o plano de ação definido para o ano;
- Monitorar e documentar a execução do plano de ação; e
- Divulgar os resultados da execução da ação nos portais dos tribunais.

Tribunais	% de cumprimento da meta
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	100%
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	100%
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	75%
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	100%
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	100%
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	100%
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	75%
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	100%
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	75%
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	100%
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	100%
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	75%
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	100%
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	50%
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	75%
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	100%
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	100%

Os resultados parciais da Meta Nacional 11 são positivos, e mostram que todos os tribunais que lançaram dados no Sistema de Metas Nacionais (17 tribunais) estão cumprindo, no mínimo, 50% da meta. Não lançaram dados no Sistema sete tribunais, quais sejam: TRT1, TRT6, TRT10, TRT11, TRT14, TRT19 e TRT22.

Meta 12 – Impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas (Justiça Federal e Justiça Estadual)

Identificar e impulsionar, até 31/12/2020, os processos que versem sobre obras públicas paralisadas, especialmente creches e escolas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019.

Nota-se o lançamento de dados por poucos tribunais, apenas 7 estaduais e 1 tribunal regional federal, o que pode denotar grande dificuldade de identificação dos processos da meta.

Ao todo na Justiça Estadual, foram impulsionados 15 processos relacionados a obras públicas paralisadas cujo valor é maior que 1 milhão de reais, 26 cujo valor é menor que 1 milhão de reais e 4 processos referentes a obras de creches e escolas.

O TRF4, único que lançou dados no segmento da Justiça Federal, impulsionou 5 processos, 2 cujo valor é menor de 1 milhão de reais e 3 de creches e escolas.

Conclusão

A partir da análise comparativa das Metas Nacionais 1 a 8 e da análise dos resultados parciais das metas novas neste ano, Metas Nacionais 9 a 12, nota-se que o cumprimento das Metas Nacionais 2020 foi bastante afetado, em maior ou menor medida, pelas consequências da pandemia do novo coronavírus.

De forma geral, nas metas processuais, observou-se redução dos processos julgados, não acompanhada por redução dos distribuídos ou de passivos menores nas metas, gerando resultados piores ou abaixo do esperado. Por outro lado, em metas não-processuais que envolviam a realização de ações, nota-se que os tribunais têm conseguido cumprir as metas, e apresentar bons resultados.

Por fim, é importante lembrar que, além dos resultados inferiores em 2020, outros fatores podem impactar no trabalho dos tribunais durante as medidas contra à pandemia, tais como: suspensão de prazos processuais; suspensão de audiências presenciais de 1ª instância; suspensão de sessões presenciais de 2º grau ou realização por videoconferência (o formato virtual pode dificultar o julgamento); impossibilidade de realização de juris; prejuízo nos atos de ofício de impulsionamento do processo realizados pela Vara (juntada de ofícios, envio de ofícios, juntada de correspondências, entrega de correspondências); não-realização de cumprimento de mandados por oficiais de justiça (mandado de citação, por exemplo); suspensão do atendimento aos advogados, entre outros.